

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA
JACKSON MOTA DA SILVA

**ENTRE O SILÊNCIO E A CELEBRAÇÃO: AS AÇÕES DA ESQUERDA NO
BRASIL NA GUERRA FRIA**

MACEIÓ
2021

JACKSON MOTA DA SILVA

**ENTRE O SILÊNCIO E A CELEBRAÇÃO: AS AÇÕES DA ESQUERDA NO
BRASIL NA GUERRA FRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como requisito para obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Célia Nonata da Silva.

MACEIÓ

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1787

S586e Silva, Jackson Mota da.
Entre o silêncio e a celebração : as ações da esquerda no Brasil na Guerra Fria /
Jackson Mota da Silva. – 2021.
62 f. : il.

Orientadora: Célia Nonata da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 58-62.

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Narrativas. 3. Guerra Fria. I. Título.

CDU: 94(81).088:327.54

RESUMO

O Regime militar implantado no Brasil em 31 de Março de 1964, tendo seu término em 15 de Janeiro de 1985, com uma durabilidade de 21 anos, gerou no país uma grande ferida que insiste em permanecer aberta até os dias atuais. Com uma historiografia enorme onde na maioria das vezes se propõe a debruçar suas pesquisas à narrativa construída acerca deste período sob a ótica dos perseguidos políticos, o presente trabalho tem como principal objetivo, discutir os pontos de vista acerca de como os campos detentores dos meios de comunicação em massa abordavam o comunismo e, esprecher tanto o contexto na qual o país se encontrava durante o pós-guerra, adentrando neste “silêncio” gritante onde as duas potências EUA e URSS sem disparar sequer uma munição ganhavam território e celebravam seus feitos como demonstração de poder. Se por um lado haviam editoras e jornais (incluindo aqui mesmo em Maceió) adeptas ao comunismo e a luta armada, por outro haviam militares dispostos a não compactuarem e a expulsarem do país a influência soviética. Cada lado possuía suas táticas e aliados, e embora tenhamos contato com uma narrativa mais defendida pelos setores esquerdistas no país, o cenário atual parece propício a fazer com que mais pesquisadores busquem ouvir o lado mais ignorado neste processo.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Narrativas, Guerra Fria.

ABSTRACT

The military regime implemented in Brazil on March 31, 1964, ending on January 15, 1985, with a 21-year duration, generated a great wound in the country that insists on remaining open to the present day. With a huge historiography where most of the time he proposes to focus his research on the narrative built about this period from the perspective of the political persecuted, the main objective of this paper is to discuss the points of view about how the fields that hold the means of mass communication addressed communism and, to unleash the context in which the country found itself during the post-war period, entering this blatant "silence" where the two US and USSR powers, without firing even an ammunition, gained territory and celebrated their achievements as a demonstration of power. If, on the one hand, there were publishers and newspapers (including right here in Maceió) adept at communism and armed struggle, on the other hand, there were military personnel willing not to condone and expel Soviet influence from the country. Each side had its tactics and allies, and although we have contact with a narrative more defended by leftist sectors in the country, the current scenario seems favorable to make more researchers seek to listen to the most ignored side in this process.

Keywords: Military dictatorship, Narratives, Cold War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. O CONTEXTO DO CONFLITO NO PÓS-GUERRA	10
1.1. EUA x URSS.....	10
1.2. Brasil x EUA.....	14
1.3. O Nascimento do PCB	18
1.4. A Recepção do Comunismo no Brasil Pós-Segunda Guerra	21
2. O PERÍODO DITATORIAL: QUEM CONTA A HISTÓRIA?	28
2.1. Militares, Guerrilheiros, Espiões e os Órgãos de Inteligência	28
2.2. Uma Guerra Psicológica	36
3. A REVOLUÇÃO EXPORTADA: AÇÕES DA ESQUERDA NO BRASIL	44
3.1. O Apoio Estrangeiro	44
3.2. Uma Guerra de Memória.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O Regime militar implantado no Brasil em 31 de Março de 1964, tendo seu término em janeiro de 1985 com uma durabilidade de 21 anos, gerou no país uma grande ferida que insiste em permanecer aberta até os dias atuais. Com uma historiografia enorme onde na maioria das vezes propõe-se a elucidar os atos marcantes entre os militares e manifestantes.

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar as ações da esquerda dentro desse contexto, bem como as medidas tomadas pelo governo para barrar suas ações. Com isso não pretendemos justificar as ações denunciadas através do tempo, principalmente com a retomada da democracia, mas de entender que o conflito político que se seguia no país desde a década de 60 reproduzia em menor escala uma espécie de Guerra Fria, onde Estados Unidos da América e União Soviética disputavam território em todo o mundo por domínio muito além do geográfico.

Convém salientarmos sobre as significâncias de “silêncio e celebração” atribuídas ao título e que tão logo espera-se que o leitor as compreenda no cerne deste trabalho.

Pensei-as com a intenção de que o leitor compreenda o sigilo acerca das atitudes dos guerrilheiros e simpatizantes da causa comunista acerca de suas atividades ilegais durante a ditadura. Fato este que logo mais se mostraria essencial para compreender como a esquerda celebrou a retomada da democracia sobre uma narrativa memorialista onde todos eram positivamente retratados. Obviamente que não poderíamos deixar de lado o silêncio sobre as torturas e desaparecimentos políticos, obnubilados pela anistia e até mesmo justificados pela narrativa militar em contraposição aos autodenominados guerrilheiros.

O trabalho é de natureza qualitativa, cujo cerne está na interpretação e na compreensão dos significados das ações e relações de fatos. Para tal trabalhamos com autores cujo estudo de caso foi o período onde a esquerda revolucionária atuava fortemente, bem como jornais e fontes documentais trazidas pelos mesmos. Através de um aprofundamento descritivo levantaremos informações sobre a situação do Brasil dentro no contexto da Guerra Fria, sob influência americana e russa. Nossos delineamentos acusam uma pesquisa bibliográfica, cuja metodologia histórica tenta reconstruir uma

imagem mais clara do passado através de figuras atuantes que o constituíam. Para tal, contamos com a literatura de fontes documentais e bibliográficas como jornais e livros.

O primeiro capítulo tem como principal objetivo contextualizar o conflito no pós-guerra, ideologicamente protagonizado pelos Estados Unidos e a União Soviética, as duas maiores potências bélicas existentes, que tão logo iniciariam uma grande corrida armamentista que justificaria o período de uma “paz pós-guerra”. O capítulo está estruturado em quatro blocos. O primeiro bloco retrata as relações diplomáticas entre os dois países, bem como teremos os EUA, expandindo em território através da conquista de países que aderiram ao capitalismo como modelo político, e deste modo também ganhavam aliados bélicos na disputa até então estratégica com a união soviética, sendo um desses aliados o Brasil, que mostrava certa inclinação a ideias esquerdistas ao mesmo tempo em que ansiava em ter lugar de destaque a nível global.

A segunda parte retrata a relação Estados Unidos – Brasil e de como essa relação influenciou o país a crescer economicamente e a tentar se afastar do comunismo. Mais tarde as consequências dessa aproximação afetariam a mídia apoiadora da destituição do então presidente João Goulart e início do período ditatorial. A terceira parte retrata ao nascimento do PCB e de sua divisão, tendo em vista a radicalização dos ideais do partido na luta armada, muito recorrente na em Cuba e estimuladas pelos levantes antiditatoriais (não comunistas). O PCB tem sua importância na História devido a sua tática de guerrilha e alianças com governos comunistas estrangeiros (principalmente a China).

O quarto e último bloco retrata a recepção do comunismo pelo povo brasileiro já em um ambiente controlado pelos militares, o que não intimidou a luta armada vermelha, embora o método de guerrilha já começasse a se mostrar menos eficiente do que uma tomada de poder em longo prazo e pacífica. Um dos motivos pela não tomada do Estado através da luta armada se dê por um dos três pilares da civilização ocidental: a moral judaico-cristã que caracteriza as sociedades ocidentais, tornando-as menos propícias a se dobrarem à lógica marxista, imediatamente avessa.

Como nomes de destaque para o primeiro capítulo, citamos Alexandra de Mello e Silva, Thomas Skidmore e Rodrigo Patto.

O segundo capítulo foca no período ditatorial e de guerra psicológica que se seguiu principalmente até o fim do mesmo. A primeira parte retrata as figuras atuantes no período de guerra civil, entre militares, espiões europeus e, claro, a guerrilha brasileira. Também trabalhamos sobre a importância da Inteligência e sua necessidade de se adequar a cada época, empregando técnicas necessárias para se combater o terrorismo no Brasil em defesa e apoio ao Estado.

A segunda parte foca principalmente na guerra psicológica, como os guerrilheiros a compreendiam e aplicavam em atentados terroristas em prol da luta armada. Aqui também trabalhamos de forma mais esplanada sobre a decisão do presidente em permitir a influência da opinião pública e do Congresso na elaboração de leis destinadas a institucionalizar a Revolução. É também aqui que trabalhamos mais a mídia e seu primeiro apoio a destituição de Jango, para tão logo se posicionarem contra a violência crescente decidida pelo governo para conter a onda de atentados terroristas. Importante salientar aqui desde já que os principais jornais, também críticos da ditadura, não desejavam romper com o regime e estavam dispostos a acomodar-se com a nova situação após o AI-5, principalmente após a ciência de que a economia cresceria à partir de então, em muito devido ao apoio dos EUA, que mais tarde colocaria o país em uma forte recessão.

O capítulo foi ilustrado pelos relatos do general Carlos Alberto Brilhante Ustra, Darc Costa e novamente Motta e Skidmore, entre outros autores além de passagens jornalísticas de tabloides da época que ajudam a contextualizar o período.

No terceiro e último capítulo traçamos um paralelo com o que veremos nos dois primeiros, considerando que durante a Guerra Fria convivíamos no mundo com a disputa de poder entre as duas maiores potências e que já fora discutido sobre o apoio dos EUA ao Regime Militar, neste capítulo discutiremos o que a literatura histórica e memorialista trás a respeito da intervenção de países estrangeiros alinhados ao bloco soviético no Brasil.

Para tanto, além de considerar possíveis influências ideológicas profundamente documentadas na historiografia, também discutiremos participações de cunho logístico de países socialistas como Cuba, Checoslováquia, entre outros.

Desse modo, me apoio principalmente nos estudos de Daniel Aarão Reis com intuito de destacar a influência ideológica em movimentos de oposição ao governo (armados ou não), nos estudos de Denise Rollemberg para mencionar o apoio logístico, técnico e financeiro, além de outros autores de apoio. E, por último discutiremos aspectos da literatura de testemunho que vem apontar possíveis outras formas de ações subversivas e através de novos tipos de guerra.

Esperamos que o devido trabalho acenda uma inspiração para novas pesquisas em torno da busca e manutenção da memória, bem como seu uso pode influenciar a opinião pública se utilizada a favor de uma narrativa.

1. O CONTEXTO DO CONFLITO NO PÓS-GUERRA

Já, em 1939, havia apenas cinco estados capazes de travar uma guerra em grande escala, e agora há apenas três – em última análise, talvez, apenas dois. Essa tendência tem sido óbvia há anos, e foi apontada por alguns observadores antes mesmo de 1914. A única coisa que pode revertê-la é a descoberta de uma arma – ou, para dizer de forma mais ampla, de um método de luta – não dependente de grandes concentrações de plantas industriais. (ORWELL, 1945)

O trecho acima fora escrito em 19 de outubro de 1945, quando o escritor George Orwell usou o termo “guerra fria” em seu ensaio *You and the Atomic Bomb* (em português “Você e a Bomba Atômica”), especulando sobre as repercussões da era atômica que havia começado dois meses antes, quando os Estados Unidos bombardearam Hiroshima e Nagasaki no Japão. Nele, Orwell considerou as implicações sociais e políticas de “um Estado que era ao mesmo tempo invencível e em um estado permanente de 'guerra fria' com seus vizinhos”.

Embora o termo guerra fria já tivesse sido usado antes em inglês para descrever certas políticas de Hitler em 1938, foi a primeira vez que foi aplicada às condições que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. O ensaio de Orwell especula sobre o impacto geopolítico do advento de uma arma poderosa tão cara e difícil de produzir que foi alcançável por apenas um punhado de nações, antecipando “a perspectiva de dois ou três superestados monstruosos, cada um possuindo uma arma pela qual milhões de pessoas podem ser dizimadas em poucos segundos, dividindo o mundo entre eles”, e concluindo que tal situação provavelmente “colocará um fim à guerras em larga escala ao custo de prolongar indefinidamente uma “paz que não é paz”, no sentido de que o clima de “tranquilidade” estabelecido se definia mais como um período de tensão acerca da possibilidade de uma guerra nuclear explodir a qualquer momento.

1.1. EUA x URSS

Após a segunda guerra mundial, as duas maiores potências bélicas existentes iniciaram uma grande corrida armamentista que justificaria o período de uma paz pós-guerra que na verdade não era paz. E dentro desse contexto,

para dar suporte à força bélica, tivemos o ensejo da conquista territorial por parte dos Estados Unidos e da então União Soviética, o confronto, por sua vez, seria palco do grande suporte, o grande terreno de possíveis ações bélicas.

Após a rendição da Alemanha nazista em maio de 1945, perto do fim da Segunda Guerra Mundial, a inquieta aliança em tempo de guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por um lado, e a União Soviética, por outro, começou a se desvencilhar, cada qual com seus interesses próprios. Em 1948, os soviéticos tinham instalado governos de esquerda nos países da Europa Oriental que haviam sido libertados pelo Exército Vermelho. Os americanos e os britânicos temiam a permanente dominação soviética do leste europeu e a ameaça de partidos comunistas influenciados pelos soviéticos chegar ao poder nas democracias da Europa Ocidental. Os soviéticos, por outro lado, estavam determinados a manter o controle da Europa Oriental, a fim de proteger contra qualquer possível ameaça renovada da Alemanha, e eles tinham a intenção de espalhar o comunismo em todo o mundo, em grande parte por razões ideológicas obviamente veladas.

Com exceção da Áustria, todos os países “libertados” – ou, melhor dizendo, ocupados – pelo Exército Vermelho, por uma estranha coincidência “escolheram” o socialismo após a guerra. Estamos falando da Tchecoslováquia, Polônia, Alemanha Oriental, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Albânia. Nos lugares onde as baionetas soviéticas não deram as caras, mesmo com expressivos ambientes esquerdistas e partidos comunistas incrivelmente fortes – como a França, Itália ou Grécia – o modelo soviético não foi instalado. (PETRILÁK; KRAENSKI, 2017, p.15).

É importante salientar que embora a União Soviética aparentasse não ser tão poderosa quando os EUA, até 1950 ela já se mostrava uma grande opositora em potencial aos países ocidentais devido as suas medidas de fechamento e angariava poder através de suas conquistas científicas e territoriais:

Em janeiro, enquanto os americanos enviavam o chimpanzé Ham para o cosmos, os soviéticos puderam se gabar, diante de todo o mundo, do bem-sucedido voo cósmico de Jurij Gagarin, em 12 de abril. Em fevereiro, os russos realizaram o primeiro lançamento bem-sucedido do míssil balístico intercontinental R-16. Em abril, a tentativa de desembarque das forças de refugiados cubanos apoiados e armados pela CIA na Baía dos Porcos fracassou. Enquanto isso, os soviéticos puseram em serviço o primeiro submarino nuclear K-19. Em 30 de outubro, no arquipélago da Terra Nova, foi detonada a mais potente bomba atômica de então, a “Tsar Bomba”. Tudo isso e mais

uma série de acontecimentos parecia confirmar a incrível potência do país dos soviéticos e de suas possibilidades sem limites. Nikita Serguêievitch Khrushchov, o líder, proclamou oficialmente a política de “coexistência pacífica”, mas, ao mesmo tempo, tentou dar a entender que estava em vantagem e que ditaria as condições. Não esqueçamos que em agosto desse ano teve início a construção do Muro de Berlim [...] (ibidem, p.158)

Essa forma, podemos dizer que os soviéticos procuraram deslocar o conflito entre as superpotências do plano puramente militar para as áreas econômica e tecnológica. Tudo com a intenção de mostrar a superioridade inicial da URSS em matéria de tecnologia espacial.

O que podemos observar neste ponto é que a adesão ao regime socialista pelos países outrora “libertos” durante a Segunda Guerra Mundial pelas forças soviéticas, serviu de base para a demonstração de força mediante o volume territorial dos países adeptos as suas políticas e concepções de mundo. Em dado momento já era de conhecimento das nações que os dois países (EUA e União Soviética) possuíam uma bomba atômica, por isso o receio em iniciar uma ação bélica, onde uma vez iniciada esta ação, a extinção de uma das potências e até mesmo de boa parte do mundo seria sem precedentes. Com ambas as potências possuindo uma bomba atômica, foi estabelecido uma tensão que nunca culminou em um conflito direto entre elas, pois sabia-se que uma vez iniciada uma guerra nuclear, as consequências seriam ainda mais desastrosas do que sua antecessora.

Por outro lado teremos os EUA, expandindo em território através da conquista de países que aderiram o capitalismo como modelo político, e deste modo também ganhavam aliados bélicos na disputa até então estratégica com a união soviética. Podemos citar o Reino Unido, Canadá, Austrália, Israel, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Alemanha Ocidental. A criação da própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) Aliança militar com o objetivo de combater a ameaça comunista. Por outro lado a União Soviética cria sua própria aliança militar, no cenário de guerra fria, onde cada passo era medido aos milímetros, os dois países disputam em todos os cenários e, a expansão de um culminaria na exclusão do outro, por isso cada ação que era executada, vinha seguida de uma reação à altura do inimigo.

Foi alguns anos depois do ensaio de Orwell que o termo enfim se cunhou como referencial ao período. A Guerra Fria (muitas vezes com iniciais maiúsculas) chegou a referir-se especificamente ao estado prolongado de

hostilidade, e não exatamente um conflito armado direto, que existia entre o bloco soviético e as potências ocidentais após a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Katherine Martin (2015), O termo *Guerra Fria* foi popularizado pelo jornalista americano Walter Lippman, na qual o tornou o título de uma série de ensaios que publicou em 1947 em resposta ao artigo “Mr. X” do diplomata americano George Kennan, que havia defendido a política de “contenção”¹. Para julgar por debate na Câmara dos Comuns no ano seguinte, este uso do termo Guerra Fria foi inicialmente considerado como um americanismo: “O governo britânico... deve reconhecer que a ‘guerra fria’, como os americanos a chamam, está a sério, que a terceira guerra mundial, de fato, começou”. Logo, porém, o termo caiu em uso geral.

Notamos a corrida e a disputa de poder entre as duas potências bélicas no cenário mundial. É dentro justamente desse contexto, que as táticas de infiltração em territórios inimigos passaram a ocorrer. Na América Latina isso se deu depois da conquista de Fidel Castro e Che Guevara em Cuba, o que voltou os olhos dos soviéticos ao maior país do continente latino: o Brasil. Tivemos uma imensa produção historiográfica que buscou narrar através de livros, artigos e documentários, o quanto que os EUA influenciaram durante esse período na ajuda aos “aliados” brasileiros para que pudessem implantar no país uma ditadura militar, sempre em busca de uma narrativa que visasse repelir os interesses comunistas por esta nação.

Alexandra de Mello e Silva chama atenção a uma alteração no sistema internacional que afirma contribuir para a flexibilização da Guerra Fria: o aprofundamento da descolonização afro-asiática:

O nascimento de dezenas de novos Estados independentes na Ásia e na África implicou o surgimento de uma nova categoria de nações. Daí a expressão "Terceiro Mundo", que passou, então, a designar esse grupo distinto de "países em desenvolvimento", em sua esmagadora maioria composto de ex-colônias e que, por sua evolução histórica e patamar de desenvolvimento econômico, social e

¹ A política de “contenção” foi a estratégia básica dos Estados Unidos para combater a Guerra Fria contra a União Soviética. As ideias de Kennan se tornaram a base da política externa do governo Truman e vieram a público pela primeira vez em 1947 sob a forma de uma contribuição anônima para a revista *Foreign Affairs*, o chamado “X-Article”. Segundo Kennan “O principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em relação à União Soviética deve ser o de uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansivas russas”. Para isso, ele pediu o combate à “pressão soviética contra as instituições livres do mundo ocidental” através da “aplicação hábil e vigilante da contra-força em uma série de constantes mudanças geográficas e políticas, correspondentes às mudanças e manobras da política soviética”.

político específico se sentia distante tanto dos países capitalistas desenvolvidos – o "Primeiro Mundo" –, quanto dos países socialistas – o "Segundo Mundo". É importante notar que a América Latina – aí incluído o Brasil, naturalmente – também era parte desse Terceiro Mundo emergente, que cada vez mais se fazia ouvir no plano das relações internacionais (SILVA, 2002, n.p)

Vale ressaltar que dentro dessa narrativa, sempre existiu uma espécie de pano de fundo no tratamento ao medo comunista, como se ele de fato não existisse. Concomitantemente, por interesses “outros”, os americanos, junto a elite política brasileira ajudaram no processo que descambou no “golpe” militar de 31 de março 1964, no qual trataremos à seguir.

1.2. Brasil x EUA

Janeiro a maio de 1961 foi o palco da ação em que figurou como protagonista o serviço de inteligência da Tchecoslováquia por meio da sua *rezidentura* no Rio de Janeiro. O objetivo: o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

Essas relações estavam rompidas desde o ano de 1947, até então a Tchecoslováquia as mantinha relativamente normais com o Brasil e os soviéticos atuavam em um campo de ação limitado. Quando a Revolução Cubana atraiu a atenção para o potencial da América Latina, os soviéticos se viram obrigados a concentrar suas atividades no maior país daquela região. Para eles, não era suficiente estar no controle total das atividades do serviço de inteligência “tcheca”; mas também desejavam estar presentes legalmente no Brasil. A tarefa de estabelecer novamente as relações diplomáticas foi confiada a uma figura de suma importância no cenário político nacional, tendo ela exercido influência direta sobre o governo de Cuba, e inclusive tornando-se amigo pessoal de Fidel e Che Guevara. Ele era um oficial da KGB e também teve bons relacionamentos pessoais com o novo (a partir de janeiro de 1961) presidente brasileiro Jânio Quadros, que o conheceu em 1959.

Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis “normais” de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo. O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo

menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy J. (FICO, 2008, p.65)

Relutantemente, os EUA acompanharam a nacionalização da economia brasileira, apoiando toda uma gama de atividades empreendidas pelo governo brasileiro, desde ajudar a construir um importante programa de pesquisa agrícola moderna que, em última análise, permitiu ao Brasil competir efetivamente com as exportações dos EUA, para promover a modernização do sistema universitário brasileiro.

Mesmo com a assistência financeira da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) focada na Ásia, os Estados Unidos deram forte apoio ao Brasil por meio de agências internacionais de crédito, como o IBRD e o BID, ambos sob forte influência dos EUA. Segundo Skidmore (1988), David Bell, anunciou que em meados de dezembro, depois de visitar os projetos financiados pelo seu governo no Brasil, anunciou uma ajuda adicional de US\$ 650 milhões (p. 86).

As relações ficaram mais tensas durante a administração de Jimmy Carter (1977-1981) com seu estresse sobre os direitos humanos e a pressão que colocava sobre o regime. A pressão de Cárter apenas endureceu a determinação do governo Geisel (SKIDMORE, 1988, p. 385). O resultado foi o cancelamento de várias missões militares dos EUA por uma liderança militar furiosa, mas ao mesmo tempo o regime reduziu significativamente a violência institucional contra seus cidadãos. A preocupação com os direitos humanos foi crucial neste processo

É verdade que a iniciativa fora do Congresso antes da posse de Cárter [sic]. Na lei de ajuda externa de 1976 exigia-se que o Departamento de Estado (em uma cláusula conhecida como emenda Harkin) expedisse um relatório anual sobre a situação dos direitos humanos nos países que recebessem assistência militar americana. O Brasil recebia essa ajuda e o primeiro relatório preparado pelo Departamento de Estado apareceu no início de 1977, embora sua elaboração tivesse precedido a mudança de governo. Criticava fortemente o Brasil com base em documentos como os da Anistia Internacional (ibidem, p. 384).

O retorno dos presidentes republicanos nos EUA levou a um apoio renovado dos militares, apesar de sua intensificação de políticas econômicas

nacionalistas que eram antitéticas ao livre comércio e programas neoliberais. Desde os primeiros regimes militares, mesmo em seus períodos de grande repressão, foi criada uma política sistemática que levou à criação de um setor industrial nacional dominado por empresas estatais. Não sem passar por inúmeras problemáticas de readequação ao novo mercado financeiro a qual se debruçava.

O tímido mercado de ações, o capital de investimento e a importação dos gastos públicos da educação para o investimento tecnológico foram alguns fatores de grande impacto na estabilização do mercado nacional, que seguiu um modelo clássico de substituição de importações em sua forma mais pura, com tarifas proibitivas para importações industriais, indústrias protegidas, e até mesmo uma tentativa de criar sua própria indústria de computadores, juntamente com o aço, petroquímicos e uma série de outras indústrias, a maioria das quais eram estatais e que foram colocadas atrás de muros tarifários elevados. O nível das importações estava estreitamente ligado ao crescimento industrial: quanto mais rápido o crescimento maior a demanda de importações.

Para os brasileiros dispostos a se conformar em viver em uma ditadura, as recompensas podiam ser grandes, não só para eles mas também para as suas instituições. Durante o período, pois, a bem sucedida modernização da economia incluiu as bases do sistema financeiro e de mercado de capitais. De acordo com Thomas Skidmore (1988) “O governo Médici aumentou o orçamento para a educação superior, o que representou maior número de vagas nas universidades e contratação de mais professores” (p. 283). Acrescenta ainda que:

O apelo do governo sensibilizou especialmente os jovens dos setores sociais médios e superiores – justamente os segmentos nos quais a oposição armada outrora se abasteceu com tanto êxito. Assim os ganhos econômicos contribuíram para gerar apoio do setor intermediário ao governo. As eleições parlamentares de 1970, que a ARENA venceu por esmagadora maioria, pareceram confirmar esse apoio. Até os brasileiros desgostosos com o governo autoritário orgulhavam-se com a evidência de que o país estava realmente em franca ascensão. Quaisquer que fossem suas imperfeições políticas, o Brasil estava se aproximando do status internacional em ritmo mais rápido do que muitos ousaram esperar no início dos anos 60 (ibidem, 1988, p. 283).

Em 1974 as reservas estrangeiras do Brasil superavam com margem longa as da Inglaterra, a sede alemã da Volkswagen operava com baixos lucros internamente devido ao sucesso de sua subsidiária brasileira. A priori, todo esse crédito subsidiado e acúmulo da indústria nacional, coincidindo com a fase mais repressiva do regime. Foram os anos de crescimento mais rápido do país no século XX, e por isso esses anos foram conhecidos como o período do “milagre brasileiro”.

Por outro lado havia outros itens negativos na balança de pagamentos, os principais fatores eram as remessas de lucros, amortização de empréstimos e repartição de capitais, equilibrados por novos investimentos estrangeiros, juntamente com empréstimos e subvenções (como as das agências internacionais) (SKIDMORE, p. 37).

Considerando as contas estrangeiras, verificou-se que o Brasil parcelava cada vez maior seus ganhos de exportação para atender a dívida. “Em 1960 era de 36,6 por cento, quando cinco anos antes atingira apenas 11,6 por cento” (ibidem, p. 37).

Poucos observadores duvidavam do potencial de desenvolvimento do Brasil a longo prazo, mas a curto prazo faltavam-lhe divisas para financiar as importações necessárias à continuidade de um rápido processo de industrialização. As opções mais próximas de se concretizarem devido a urgência crescente da demanda foram explanadas por Thomas Skidmore:

[...] o país podia cortar as importações, sacrificando a indústria e os transportes (por causa da redução das importações de bens de capital e de petróleo); ou podia suspender o pagamento dos empréstimos e proibir as remessas de lucros sobre investimentos estrangeiros. Qualquer destas duas últimas medidas assustaria os credores e investidores estrangeiros (uma comunidade fechada de capitalistas com ideias praticamente iguais), os quais colocariam o Brasil em suas respectivas listas negras. Em suma, o Brasil tinha que elaborar um plano económico que satisfizesse aos seus credores, de modo que o comércio continuasse a ser exercido de acordo com as regras do capitalismo internacional (SKIDMORE, 1988, p. 37)

Com isso a crise internacional que começou com o primeiro choque do petróleo e se espalhou ao longo da década de 1980 com a crise da dívida externa trouxe fim ao período de taxas de crescimento anuais extremamente elevadas. Ao final do regime militar, o Brasil passou por grandes transformações modernizantes de sua estrutura econômica, seu processo de

industrialização havia sido concluído e o processo de modernização de sua agricultura havia começado.

A nação também havia se tornado predominantemente urbana e a população em sua maioria era agora alfabetizada. Mas o regime militar também deixou um legado econômico, como o aumento da inflação, a alta dívida externa e um profundo desequilíbrio financeiro no setor público que exigiria mais de uma década de reformas sob os regimes democráticos pós-militares. Também deixou um país marcado pelo senso de injustiça social e alta concentração de renda. Mas um dos aspectos estigmatizantes do regime recaiu justamente sobre a determinação dos militares em não devolver imediatamente o poder aos civis, como o fizeram após todas as outras intervenções que realizaram a partir de 1945. Este aspecto político-ideológico será mais debatido daqui para frente.

1.3. O Nascimento do PCB

Tratar de aspectos ideológicos no Brasil pós-Segunda Guerra torna crucial o estudo do PCB. Neste subcapítulo faz-se de suma importância tratar, ainda que brevemente, de sua história.

Antes do O Partido Comunista do Brasil (PCB) nasce em março de 1922 no Rio de Janeiro, momento do auge, no país, das repercussões geradas pela Revolução Soviética de 1917. O ano de fundação do partido foi de extrema importância para a história do Brasil, que passava por uma efervescência cultural e acima de tudo social através da chegada do modernismo e sua ótica sobre diversos valores (a beleza, a família, a moralidade, etc.) que por vezes confrontava uma visão mais tradicional sobre eles. Essa primeira dicotomia foi apenas o início de uma série de divergências e estranhamentos entre a cosmovisão esquerdista e conservadora, vide a recepção da Semana de 22.

A guerra fria é, na forma mais crua, uma síntese dessa mesma dicotomia ideológica, período em que o pensamento esquerdista estava em abolição constante da cultura dos países com base na cultura ocidental cristã, gerando uma aversão ao pensamento esquerdista. Para Dias (2002):

O ônus da Guerra Fria para os partidos de esquerda brasileiros estava justamente aí, pois além da corrida armamentista liderada pelos EUA e dos embargos comerciais à URSS, uma das principais

ações do mundo capitalista contra aquele país foi desarticular os movimentos socialistas do Terceiro Mundo e que orbitavam em torno das políticas socialistas. E foram justamente estes três elementos que fizeram parte do programa capitalista para derrotar o bloco comunista. (DIAS, 2002, p.13-4)

Além das revoluções tenentistas que afetavam constantemente o país (Dezoito do Forte em Copacabana, a Intentona Comunista, etc.), outros dois acontecimentos abalaram o cenário esquerdista, marcando profundas transformações nos partidos de esquerda no Brasil.

O primeiro foi após a morte de Lenin e a vitória de Stalin sobre Trotsky no governo da Rússia e o posterior exílio deste no México. Este fato gerou a primeira cisão do comunismo internacional e, no Brasil, propiciou a formação das primeiras organizações trotskistas na década de 1930, que deram início aos movimentos que chamaremos de esquerda independente. [...] os trotskistas, bem como os independentes não trotskistas, negaram todo o modelo soviético após a implementação e consolidação da revolução. (ibidem, p.18)

Com o “ciclo de rebeldia tenentista”, cuja última manifestação foi a revolução de 35, tornando o “ciclo” conhecido como Intentona Comunista, o partido era, então, posto na ilegalidade jurídica. A Intentona Comunista vale lembrar, fora a primeira tentativa de tomada de poder pelas armas, de acordo com Ustra (p. 38). Outros dois acontecimentos abalaram o cenário esquerdista, marcando profundas transformações nos partidos de esquerda no Brasil.

O primeiro foi após a morte de Lenin e a vitória de Stalin sobre Trotsky no governo da Rússia e o posterior exílio deste no México. Este fato gerou a primeira cisão do comunismo internacional e, no Brasil, propiciou a formação das primeiras organizações trotskistas na década de 1930, que deram início aos movimentos que chamaremos de esquerda independente. [...] os trotskistas, bem como os independentes não trotskistas, negaram todo o modelo soviético após a implementação e consolidação da revolução [...] O segundo acontecimento foi a morte de Stalin (1953) e o XX Congresso do PCUS (1956) que deu início as críticas ao modelo estalinista por parte do PCUS e gerou no Brasil a primeira grande secessão na esquerda tradicional. Por esquerda tradicional se entende todos os partidos que estabeleceram uma identidade mais direta com os modelos de socialismo desenvolvidos na URSS. (DIAS, 2002, p.18)

Ainda segundo Dias, foram as críticas a Stalin absorvidas pelo grupo majoritário do Partido Comunista do Brasil (1922), o PCdoB, mudando o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, terminando com a sigla PCB.

Essa proximidade fica clara através da promoção de um grupo de guerrilha, com o partido já fora da ilegalidade (que perdurou de 1935 à 1945), como afirmado por Geraldo de Majella (2012).

Em 1951 o Partido Comunista Brasileiro organiza nos estados um curso paramilitar, inspirado no Manifesto de Agosto de 1950. O curso era dividido em três fases: o básico ou elementar, o intermediário e o superior, este ministrado em dois momentos: o primeiro realizado no Brasil, com duração entre quarenta e cinquenta dias, e o segundo, na Escola internacional de quadros, em Moscou.

O Comitê Central, em fevereiro de 1951, decidiu criar uma escola nacional de formação de quadros, e a comissão de educação, órgão auxiliar, teve a incumbência de coordenar os trabalhos. Também foram criadas escolas em dezenas de cidades e em diversos estados. [...] O trabalho de educação implantado pelo PCB naquele momento, início da década de 1950, tinha a perspectiva de formar quadros teórica e ideologicamente comprometidos com a linha política definida no Manifesto de Agosto de 1950, na perspectiva da luta armada. Nessa conjuntura, a preparação de quadros dirigentes em todos os níveis era essencial. (MAJELLA, 2012, p. 213-4)

Por outro lado, o grupo minoritário em 1962 continuou se identificado com o governo de Stalin, manteve o nome, Partido Comunista do Brasil, fundando uma nova sigla: PC do B. A partir deste advento, o PCdoB passa a se definir como “o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962” (GORENDER, 1998, p. 38). Em documento o partido afirma que essa reorganização “[...] correspondeu à reafirmação do partido como uma necessidade histórica e refletiu o estágio alcançado pela luta de classes no Brasil. Ela fortaleceu o caráter revolucionário da organização política dos comunistas brasileiros”. (PCdoB, 2002, p. 21)

De acordo com a cartilha do PC do B, o cerne de sua estratégia é a conquista de um governo popular revolucionário através da luta armada, mais especificamente, da guerra popular. Trata-se de uma revolução de “libertação nacional”. Dessa forma, em 1962, os comunistas pretendiam livrar a sociedade brasileira de suas contradições principais: o imperialismo e o latifúndio². A revolução brasileira vista pelo PC do B será anti-imperialista e anti-latifundiária, nacional e democrática:

“O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que se objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do

² Que, junto aos grupos monopolistas da burguesia “são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo” (PC do B, 1962, p. 15).

imperialismo e do latifúndio, governo de liberdades e bem-estar para as massas” (PC do B, 1962, p. 19).

Não nos atemos às discussões sobre o progresso do partido durante a Segunda Guerra, mesmo porque as retaliações e perseguições ao mesmo se deram tanto durante o advento e ascensão nazista (por parte dos nazistas) quanto pelos próprios “camaradas” de partido (desde o leninismo), o que tornava a cartilha do PC do B, na prática, confusa³. O movimento comunista se reestruturou parcialmente a partir da criação do *Kominform* (um centro de organização das informações dos Partidos Comunistas em diversos países) na Europa Oriental (1947). Além disso, segundo Maia (2002), havia uma crise entre as lideranças políticas do movimento, ao citar os casos da Iugoslávia, na Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, em que diversos líderes foram expulsos do círculo comunista e sofreram outras retaliações:

No mundo inteiro, os comunistas – liderados por Stálin – são concitados a concentrar seus ataques nos “aliados vacilantes”, nos “oportunistas”, nos elementos “pretensamente progressistas”, nos socialdemocratas, nos trabalhistas. Essa linha política é aplicada no Brasil com resultados bastante negativos: ela contribuiu para o isolamento do PCB, desejado pela direita (KONDER, 1980, p.77).

1.4. A Recepção do Comunismo no Brasil Pós-Segunda Guerra

Apesar das tais retaliações sofridas pelos comunistas (algumas até idealizadas por eles próprios, através de “justiçamentos”) a repressão brasileira foi menos severa do que as ocorridas na Argentina, Uruguai e Chile. Comprova o fato de que durante seu governo muitos oficiais ilustres contaram sua história. Os jornalistas brasileiros também produziram uma quantidade preciosa de reportagens e comentários, apesar de suas difíceis condições de trabalho. Particularmente os militares se mantiveram notoriamente calados para com aqueles que não pertencessem ao seu círculo íntimo.

³ Uma vez que “no momento que passaram a pensar uma transição democrática para o socialismo no Brasil, não existia democracia no interior do partido e nem na URSS” (DIAS, 2002, p.31).

Foi durante a década de 1930 e o período do Estado Novo que se solidificou no Brasil o anticomunismo, principalmente entre as elites sociais, políticas e burocráticas (MOTTA, 2007). Ainda no início do século XX o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Rússia após a levante bolchevique de outubro de 1917, seguindo a maioria dos países do bloco europeu. Essa mesma antipatia brasileira recebeu positivamente a queda do Czar em fevereiro do mesmo ano.

De acordo com Gramsci⁴, teórico italiano cujos comentários após a revolução bolchevique influenciariam os comunistas pós-guerra através de sua própria visão do Estado revolucionário, em uma concepção esquerdista denominou que as sociedades são divididas em duas categorias: a primeira delas abrange as sociedades orientais, “de capitalismo primitivo, Sociedade Civil frágil, passiva, com pouca organização e sem maior articulação com o Estado” (ARAÚJO, 2019). A segunda representa as sociedades ocidentais, “com Sociedade Civil forte, ativa, bem articulada com a Sociedade Política, dotadas de uma rede de 'trincheiras' e 'barreiras' por meio das quais o grupo dominante exerce o domínio e a direção sobre toda a Sociedade Civil” (ibidem, p. 17).

A obra de Gramsci era pouco conhecida no Brasil até o final dos anos 50, com citações escassas de um ou outro intelectual marxista e sem maior relevância. Os primeiros indícios de sua tradução começam em 1962, mas uma tradução da edição de Palmiro Togliati – grande amigo do autor cujos Cadernos de Gramsci lhe foram entregues após sua morte em 1937 – no Brasil só se daria entre 1966 e 1968, a cargo de Ênio Silveira, chefe da editora de esquerda Civilização Brasileira.

De acordo com João Paulo Araújo (2019), para Gramsci, o modelo marxista-leninista de implantação do socialismo através da tomada do poder pela força e imposição do socialismo é eficaz em sociedades de tipo oriental, mas não é exitoso em sociedades de tipo ocidental. (p. 17). Podemos considerar como um fator decisivo neste processo é a moral judaico-cristã que caracteriza as sociedades ocidentais, tornando-as menos propícias a se permitirem como sociedades marxistas, este debate serve para justificarmos a

⁴ Antonio Gramsci escreveu 33 cadernos do seu pensamento no período de 1929 a 1935. Os escritos tratavam da implantação do socialismo em um processo à longo prazo. Gramsci não escreveu nenhum livro e esses escritos ficaram conhecidos como "Cadernos do Cárcere".

propagação silenciosa do marxismo em sociedades ocidentais, pois não a conseguem através da luta armada, como ocorreu em Cuba, China ou na Coreia do Norte.

Segundo Rodrigo Motta (2007) o radicalismo bolchevique era visto negativamente no país devido ao seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais. Considerando um país cujo governo era orientado para os interesses operários, as inúmeras greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918 já alarmava a uma possível influência de um levante operariado.

Esse pensamento perdurou por anos, até mesmo após o fim da Segunda Grande Guerra. De acordo com Heber Silva (2009) “O ano de 1945 iniciou-se com a promessa de restabelecimento da paz mundial e possibilidade da implantação da democracia após a derrota dos regimes nazifascistas” (p. 166). Dessa forma, a legalização da vida político-partidária nacional e a aproximação entre Brasil e URSS serviram como um dos fatores contribuintes a visão de uma democratização da sociedade brasileira e a reordenação do mundo pós-guerra.

Segundo Skidmore (1988), os conspiradores contra o governo Goulart sustentavam e divulgavam “ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra (ESG), segundo o modelo do National War College dos E.U.A.” Para a doutrina da Escola Superior de Guerra, a ameaça (comunista) vinha “não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas”.

A imprensa brasileira, por sua vez, divulgava histórias terríveis sobre os eventos revolucionários, descreveram as violências praticadas pelos seguidores do bolchevismo, minimizando os atos praticados pelas tropas dos exércitos brancos em meio à guerra civil (MOTTA, 2007). Nem todos os jornais mantinham um posicionamento anticomunista. Alguns jornais mantinham um viés bem visível em relação aos comunistas revolucionários russos e muitos lidavam com as repressões aos grupos de esquerda para sensibilizar a

população ou apresentar as ideias esquerdistas como o “lado bom” do conflito, obviamente mascarando ou isentando dos relatos seus atos terroristas.

Essa dicotomia se tornou possível, como veremos mais adiante, graças à infiltração de jornalistas de cunho esquerdista nas redações, que possibilitavam influenciar a opinião pública. A falta de uma lei de liberdade de imprensa tornava o estado com uma função além de mediador, pois conduzia o debate público, instituindo de acordo com Majella (2012), “nas redações dos jornais em Maceió trabalhavam alguns jornalistas simpatizantes e outros militantes do PCB” (p. 207). Desde a 2ª Grande Guerra, o “Jornal de Alagoas”, e “A Notícia”, já publicavam ativamente conteúdo politicamente favorável às pautas esquerdistas.

O reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS, firmado após cerimônia ocorrida em Washington em 1º de abril de 1945, pode ser entendido como sintoma da nova conjuntura política que se inaugurou após o conflito mundial. Entretanto, embora a imprensa reconhecesse a importância da URSS na luta contra o totalitarismo durante a Segunda Guerra, a forma de organização social do país e sua ideologia política foram abertamente criticadas pelos veículos de imprensa da época.

Rodrigo Motta aponta que a grande leva participativa esquerdista na imprensa deu seus primeiros passos a partir da Revolução de 1930, marco de uma nova era para o país:

Entretanto, o contexto iniciado com a campanha eleitoral e as eleições de março de 1930 e, sobretudo, após o movimento armado de outubro do mesmo ano realmente estimulou o debate político e a busca de alternativas para o país. Uma geração de jovens políticos e intelectuais, alguns já com experiência de exercício de cargos durante a “República Velha”, outros não, teve a oportunidade de ocupar lugares-chave no novo contexto, tanto no aparato do Estado quanto no debate público. Havia interesse em conhecer novas ideias e propostas para repensar os caminhos do Brasil e a produção editorial foi ao encontro de tais anseios, que expressavam diversos pontos de vista ideológicos (MOTTA, 2007, p. 232)

Com o desenrolar da Guerra Fria, o governo brasileiro aproximava-se das ideias anticomunistas emitidas pelo governo norte-americano e tentava conter os avanços do PCB, bem como minar suas bases de atuação política, como sindicatos, jornais e associações. Ainda em Maceió, por exemplo, o jornal “Voz do Povo” lançado no dia 1º de maio de 1946 e que também

mantinha em seu corpo jornalistas dirigentes do PCB, foi por diversas vezes invadido, depredado e empastelado pela polícia.

As críticas ao comunismo e à URSS se tornaram mais frequentes a partir do momento em que foi requerido o registro do PCB ao Superior Tribunal Eleitoral, em 3 de setembro de 1945, após 18 anos de atuação clandestina (ABREU, 2001, p. 13), uma vez que funcionava na clandestinidade. A polêmica declaração de Prestes, publicada pelo “Jornal do Comércio” e pela folha comunista “Tribuna Popular” em 16 de março de 1946, quando indagado sobre qual posição assumiria em caso de uma guerra entre Brasil e URSS, o líder comunista afirmara que optaria pelos soviéticos:

“[...] faríamos como o povo da resistência francesa, o povo italiano, que se ergueu contra Pétain e Mussolini; combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer resistência em nossa pátria contra um governo destes, retrógrado, que quisesse a volta ao fascismo”. E acrescentou “Se algum governo cometesse este crime nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional” (Tribuna Popular, 1946, p. 2).

Os militares também se pronunciavam à respeito das ocorrências. Seu papel era importante no sentido de advertir sobre o discurso do PCB e reforçar uma narrativa opositiva ao discurso esquerdista, o alocução efusiva também era usada contra eles no sentido de promover ainda mais a violência, mesmo em períodos de duras repressões. Para Araújo (2019) “o reconhecimento da esfera de Guerra Cultural é fundamental para a preservação das instituições militares, para que estas não sejam subvertidas ou percam seu capital cultural. O autor ainda parafraseou G. K. Chesterton ao concluir a atemporalidade da Tradição: “Her damos costumes, valores e tradições daqueles que nos precederam na missão da defesa da Pátria, e é nosso dever conservá-los e legá-los àqueles a quem passaremos a tocha quando a hora chegar” (p. 35). Sylvio Frota, demitido por Geisel em 12 de outubro de 1977, era um oficial que se baseava na defesa da Pátria para justificar seu discurso:

“[...] acreditava que o Brasil corria perigo iminente de subversão comunista. Considerava a liberalização uma artimanha para facilitar a vida dos subversivos, muitos dos quais, segundo o ministro, já haviam infiltrado o MDB, a Igreja e todas as demais instituições básicas. Dessas ideias nunca fez segredo, já que as enunciava publicamente sempre que se apresentava a ocasião. Muito importante, Frota considerava-se candidato à sucessão presidencial e

manipulava o serviço de inteligência do Exército, o CIEX, para contatos confidenciais com seus subordinados em busca do indispensável apoio militar (SKIDMORE, 1988, p. 386).

Embora as influências anticomunistas norte-americanas não se reproduzissem literalmente no Brasil, “a recepção das construções discursivas e imagéticas foi mais bem recebida que outras”, ou seja, constituíam importantes elementos de combate ao comunismo. Os argumentos anticomunistas de inspiração liberal encontraram menor acolhida no Brasil do que nos Estados Unidos, uma vez que aqui, segundo Araújo (2019) os valores religiosos do catolicismo representaram a base da mobilização anticomunista. À medida que ocorria o crescimento da ideologia marxista-leninista no Brasil e essa passava a representar perigo para os setores liberais e religiosos, o comunismo passou a ser caracterizado pela grande imprensa como agente do mal e como demoníaco (MOTTA, 2002, p.2).

Embora as críticas de Frota, uma das instituições que mais se dedicou ao combate ao comunismo no Brasil foi justamente a Igreja Católica. Esse discurso produzido pelo catolicismo foi elaborado a partir de uma infraestrutura já existente na Igreja e pela moral judaico-cristã como um dos pilares da sociedade ocidental. Para Silva (2009), “a luta contra o comunismo foi beneficiada pelas boas relações que a hierarquia católica mantinha com os governos constituídos e com grupos políticos dominantes” (p. 171). O posicionamento dos líderes religiosos, ainda em 1945, já conscientizava contra a ideologia comunista, considerada anticristã pela Igreja católica. Para os principais jornais da década de 40-50 como O Globo (24/5/1946) e Jornal do Brasil (8/5/1947)⁵:

[...] o comunismo ameaçava não somente a tradição religiosa do país, a moral, os bons costumes e a família, mas também a propriedade, a liberdade, a estabilidade social e, principalmente, o regime democrático. Assim, a URSS passou a ser classificada como a antítese da liberdade, da propriedade privada e da democracia, pois seus adeptos eram entendidos pelas folhas como “os responsáveis pelas mobilizações que desagregavam a sociedade, como as greves, manifestações, desordem social e ameaça ao regime democrático”. (SILVA, 2009, p. 172)

⁵ Como pode ser visto em LUZ, Carlos. 1946. E na manchete do JB: “Illegal a existência do Partido Comunista no Brasil” (1947).

Em seus cadernos, Gramsci relatou que a luta pela Hegemonia deu-se pela “reforma intelectual (ideológica)” e “moral (ética) da Sociedade Civil”, primeiramente para elevar as classes subalternas de uma classe corporativa, que eram meramente econômicas, egoístas e passionais, para uma classe nacional, com consciência e protagonismo. Faz-se necessário adequar a cultura popular à função de realizar a transição para o socialismo e, na sequência, exercer a hegemonia e o consenso, finalizando com a capacitação dessas classes ao exercício do poder.

Essa reforma é conduzida por uma contínua penetração cultural, através de três empreendimentos: a superação do senso comum, através da substituição dos valores culturais da dita Burguesia; a Conscientização política e ideológica; e a Formação do consenso.

Para tal é necessário subverter o entendimento de intelectual, levando a uma compreensão “orgânica”, onde “é preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’” (GRAMSCI, 1999, p. 97). É nesta filosofia prescrita por Gramsci que para a compreensão de três fatores se faz necessário distorcer três conceitos elementares (mas não únicos) em uma sociedade: a linguagem, “que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo”; o senso comum e o bom senso e a religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (ibidem, p. 97).

Apesar do comunismo se aproximar do país de forma mais silenciosa, isso não impediu os comunistas de cometerem seus crimes pelo seu ideal (ou como costumam denominar: pela luta armada, cujos fins justificam os meios). No próximo capítulo trataremos de abordar com mais ênfase as narrativas jornalísticas e identificar se se aproximavam do discurso de esquerda ou os refutava e os discursos militares, registrados em suas obras.

2. O PERÍODO DITATORIAL: QUEM CONTA A HISTÓRIA?

Chegaria o dia em que o Brasil, sem reação e sem luta, se transformaria em mais um Estado Socialista. Aí, todos diriam que desaparecera a legalidade democrática, mas ninguém mais teria como recuperar as perdidas liberdades e franquias, pois já estaria instalado o terror policial e quem sabe? Em funcionamento os pelotões de fuzilamento, segundo o modelo cubano.

Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida que dê a seus adversários o direito de trucidá-lo, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar.

(O Globo, 1964, p. 16).

2.1. Militares, Guerrilheiros, Espiões e os Órgãos de Inteligência.

As narrativas militares são de grande importância para se entender a guerra ideológica que se seguia por ilustrar a dicotomia em que se seguia o país politicamente. Podemos pensar nos militares como um grupo dominante no debate político do país durante o período militar, mas nem sempre seus membros seguiam uma linha de pensamento uniforme, os militares se sentiam à vontade para divergir entre eles. Um dos relatos que abordaremos neste capítulo recai sobre a ótica de Carlos Alberto Brilhante Ustra, cuja memória foi retomada aos debates com a votação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e reacendeu o debate sobre a tortura como método do governo em obter informações sobre seus principais opositores, mas não é foco deste trabalho analisa-la como método válido ou não.

Apesar de também defender uma narrativa que não beneficiou totalmente o governo em sua caça aos comunistas, o general não tinha simpatia da mídia por trabalhar nos “órgãos de repressão” da ditadura, conseguindo imediatamente alcunhas pejorativas. Segundo Moacyr de Oliveira Filho, na época o atual Diretor do Departamento de Turismo (DETUR), do Distrito Federal, descreveu o coronel Ustra em seu artigo jornalístico intitulado “Brinquedo Macabro”, onde indica que o militar:

[...] foi durante a maior parte dos anos 70 o comandante da tristemente célebre Operação Bandeirantes, oficialmente conhecida como DOI/CODI do Exército, onde atendia pelo nome de guerra de “Dr. Tibiricá”. Como chefe da OBAN, Ustra na época ainda major, foi diretamente responsável por toda sorte de violências, torturas, sequestros, “desaparecimentos” e assassinatos ocorridos naquela

dependência militar nos chamados “anos negros da repressão”. Por isso mesmo, ele encabeça a maioria das listas de torturadores divulgadas, nos últimos anos, pelos Comitês de Anistia e é o 18º nome da relação recentemente apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado José Genoíno (PT-SP) (USTRA, 2003, p. 227)

Não foram divulgados os dados do jornal onde foi publicado o artigo. Ustra informou em seu livro que ele fora “publicado na imprensa”.

Embora a antipatia por parte da mídia, que conduzia muito bem a opinião pública através de sua própria, é verdade que os militares detinham, de fato, o poder sobre a situação. Ambos os lados, guerrilheiros e militares possuíam seus próprios órgãos de Inteligência. E aqui, faremos uma breve consideração. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é o serviço de inteligência civil do Brasil, sendo o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). O órgão existe para investigar reais ameaças em potenciais, bem como identificar oportunidades de interesse da sociedade e do Estado brasileiro, e defender o estado democrático de direito e a soberania nacional. No contexto de uma guerra não seria estranho que esferas como essa também apoiassem o combate (ainda mais em um período assolado por atentados), mesmo que não se envolvam diretamente em conflito, sua função é vital ao sucesso.

Partiremos do pressuposto do eixo Política-Estratégia-Poder, trabalhado por Costa (2018), onde a política é entendida como a arte de estabelecer objetivos; a estratégia a de se empregar o poder para se alcançar os objetivos alocados através da política. E o poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos. Para o professor, “o poder não é senão uma forte influência. Uma influência tão vigorosa, que aquele sobre o qual ela se aplica comporta-se da maneira desejada por quem a aplicou” (idem, p. 18).

A Inteligência “atua prevendo ações do inimigo, levantando suas características, população envolvida e aspectos do terreno, ajudando, dessa maneira, na tomada de decisões dos mais altos escalões” (CLASEN, 2017, p. 1). Uma demonstração de poder visa convencer aos adversários da impossibilidade dos mesmos em impedir àquele que o demonstrou, de alcançar seus objetivos.

Dessa forma, “o poder nacional exerce sua influência pelo conjunto integrado de meios de toda ordem de que dispõem a nação, acionados pela vontade nacional para conquistar e manter os objetivos nacionais” (COSTA,

2018, p. 18). Atentamo-nos aqui para a Inteligência como órgão governamental, do Estado cujo objetivo era livrar o país da influência comunista (ao menos durante o regime militar). “O conceito se refere ao conjunto completo de ferramentas à disposição, bem como à seleção da ferramenta ou da combinação de ferramentas adequadas para cada situação, quais sejam: a de meios diplomáticos, militares, políticos, jurídicos, econômicos e psicossociais” (ibidem, p. 18).

Possuindo uma necessidade de se adequar a cada época, a Inteligência brasileira, sendo um órgão governamental, empregou técnicas necessárias para se combater o terrorismo no Brasil em defesa e apoio ao Estado.

Após a II Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, todas as principais potências melhoraram suas Agências de Inteligência. A Rússia empregou largamente a Inteligência como um importante agente do Exército Vermelho. Em contrapartida os EUA criaram a CIA em 1947, seguida pela Agência de Segurança Nacional (NSA) para atuar juntamente com a Sigint (ARAÚJO apud CLASEN, p. 8). A Inteligência esteve inserida, de forma complementar, em conselhos de governo (1927 a 1946) e no Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI – 1946 a 1964), mas a ABIN só fora instituída em 1999, após a Guerra Fria. De modo geral a Inteligência Brasileira correspondia à construção das primeiras estruturas governamentais voltadas para a análise de dados e para a produção de conhecimentos.

Para Araújo (apud BRASÍLIA, 2005, p. 89), “no pós-guerra Fria os alvos da Inteligência diferenciaram-se e atualmente são os principais: espionagem econômica industrial, crime organizado, terrorismo internacional, tecnologia de uso ambivalente e o crime comum”.

Neste período a Inteligência Brasileira abrangeu desde a reestruturação do SFICI até a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI). (BRASÍLIA, 2017). O termo transcende os campos de órgãos governamentais para grupos terroristas também. De acordo com Ustra, a partir de um documento elaborado em 1970, com base em documentos apreendidos em poder de terroristas, foi constatado que entre os oito aparelhos usados para a prática de suas atividades subversivo-terroristas um deles era a de Informação⁶. De acordo com o general: “Pertence ao Setor de Informações ou Setor de Inteligência da

⁶ Os sete restantes eram: médico, de imprensa, orgânico, de aliado, de apoio, logístico e de residência.

Organização. Destinado à coleta, análise e difusão de informações. Contém fichários, normas de segurança, códigos e outros documentos de informações.” (USTRA, p. 105, 2003).

Os aparelhos funcionavam coercitivamente, fazendo com que muitas vezes a Inteligência brasileira encontrasse dificuldade na identificação dos inimigos e com um local de conflito cada vez mais próximo a população, desde faculdades, escolas, ou simplesmente atuando em funções “mais simples” da sociedade.

Tomemos como exemplo as funções dos espiões e relatores à serviço da StB⁷, que pareciam, a priori, um relato antropológico do que viam nas cidades. Um dos agentes, Honza (codinome de Jirí Kadlec) era oficialmente um diplomata, funcionário da embaixada — *attaché* das questões de imprensa. Com 27 anos na ocasião e barbeiro de profissão. Ele não possuía nenhuma preparação para o seu novo trabalho além de um curso de espionagem de dois meses e um curto período de trabalho na rezidentura em Roma. Segundo Petrilák e Abranches ele estava na StB há menos de dois anos e mal falava português (PETRILÁK; KRAENSKI. 2017, p. 42).

Na passagem à seguir, escrita pelo próprio agente Honza, há uma impressão sobre o povo brasileiro que tem sua importância tanto pelo seu teor histórico geográfico da época (embora sua impressão seja ácida e, de certa forma, banal e agressiva), quanto pelas supostas ações do governo tcheco baseadas em informações à priori, fúteis:

“Todo o povo é educado em um espírito de desprezo para com o trabalho, o que pode se observar, por exemplo, quando as faxineiras se recusam a limpar janelas e assoalhos, o que obriga a contratação de mais faxineiras especialmente para isso. Homens e mulheres têm unhas tratadas, todos querem a qualquer preço causar a impressão de que não precisam trabalhar fisicamente”. (PETRILÁK; KRAENSKI. 2017, p.47-8)

Esse choque de realidades distintas tem base no confronto com a realidade brasileira da época. A rede de agentes, que parecia imponente, não correspondia nada com as suas reais possibilidades. Em outro ponto de seu

⁷ Státní bezpečnost ou Štátna bezpečnosť (ŠtB) em eslovaco. Pode ser traduzido como: “Segurança Estatal” ou “Segurança do Estado”. Era uma polícia política controlada pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSC) inaugurada em junho de 1945, ou seja, ainda no âmbito de um sistema que simulava ser uma democracia. Desde o início de suas atividades era supervisionada por “conselheiros”, ou seja, por funcionários da KGB delegados por Moscou” (PE-TRILÁK; KRAENSKI. 2017, p.21).

relatório, Honza avalia positivamente a sua legalização. Para os autores, isso prova que sua atividade como agente no país era perfeita, mesmo que tivesse sido feita em pouco tempo, uma vez que aos olhos dos outros funcionários da embaixada ele era considerado um “diplomata normal”.

Se considerarmos o caráter internacional das ameaças, o combate a elas poderia muitas vezes afetar o conceito de soberania de cada país. O Direito Internacional existe para resolver essa dualidade de soberania versus defesa nacional. De acordo com Neto (2005) uma conduta, apesar de criminosa a luz do direito interno daquele país, não será obrigatoriamente ilícita internacionalmente. Ainda de acordo com o autor, existe a separação da responsabilidade penal do indivíduo da responsabilidade penal do Estado. Esses conceitos são frequentemente ressaltados às agências de inteligência em operações com necessidade de investigar elementos suspeitos em nações estrangeiras.

De acordo com o organograma do Comando Regional de São Paulo do VAR-PALMARES, o setor de Inteligência da organização terrorista tinha como finalidade: a Falsificação de documentos; o Levantamento de locais estratégicos; o Levantamento de locais para assaltos, pichações e panfletagens; Microfilmagem e Arquivo. Era coordenado por C.F.P.A. (MAX), que também mantinha o Comando Regional/SP Elizabeth Mendes de Oliveira (Rosa). Também conhecida como Bete Mendes; P.F. (Maurício), E.R.R. (Mário) e R.R. (Sérgio). Com exceção deste último, todos foram presos em 1970.

O objetivo da facção esquerdista era a “conscientização das massas, visando seu apoio à guerrilha rural e integração ao Exército Popular Revolucionário”, conforme orientação do Comando Nacional. Preparados os grupos para esse fim, pretendia, então, a VAR-PALMARES, desencadear guerrilhas rurais. A área estratégica escolhida para preparação e início da guerrilha, setor de “luta principal”, foi a região de Imperatriz, no Estado do Maranhão, onde haviam adquirido cerca de 200 quilômetros quadrados de terra. (USTRA, p. 246, 2003)

Diante desse cenário nublado, os grupos de guerrilha precisavam sempre de agentes que passassem despercebidos, por isso era comum que boa parte deles fossem jovens, do ensino secundário à faculdade. A faixa etária proporcionava uma mentalidade fragilizada pela época e facilmente controlável às paixões e vontade de mudar, mesmo que não saiba exatamente para qual propósito. O próprio Ustra atentava para a subversão dos mesmos

através das universidades, campos propícios para fomentar um espírito de contestação devotada. Ao conversar com alguns jovens do VAR-PALMARES⁸, por exemplo, o general:

[...] sentia que eles ali estavam porque foram aliciados, principalmente onde estudavam. O jovem estudante, pelo seu temperamento, pela vontade de contestar, pela ânsia de renovar, é um campo fértil para receber uma doutrinação política. Sempre me perguntava por que isto acontecia. Talvez o nosso Sistema Educacional não lhe prestasse a devida assistência e a necessária orientação. Talvez a família não lhe tivesse dado a devida atenção nessa fase tão importante da vida (USTRA, 2003, p. 250)

Uma matéria d'O Estado de São Paulo, de 17 de outubro de 1970, destacou que os 24 jovens do VAR-PALMARES presos, 10 deles, sob a autorização do comandante do II Exército, general Canavarro Pereira, responderam ao processo judicial em liberdade, "por não terem atingido o grau de periculosidade ou de implicação no movimento terrorista que justificasse sua prisão preventiva" (USTRA, 2003, p. 245). O jornal destacou ainda que as autoridades não permitiram que as identificações dos 10 estudantes fossem liberadas, frisando ainda que a maioria estava cursando o grau secundário. Tendo sido os jovens restituídos aos seus pais, permitindo apenas a publicação de suas respectivas alcunhas pelas quais eram conhecidos na organização. Ainda segundo a redação d'O estado de São Paulo, "a medida tem como objetivo principal acelerar o processo de reintegração dos menores na sociedade, sem que sejam marcados pelo estigma do terror e da subversão." (Ibidem, p. 245).

Uma das jovens vale destacar, serve como um exemplo. Elizabeth Mendes, também conhecida como Bete Mendes, atuava sob o nome de ROSA (em homenagem à Rosa Luxemburgo), uma das fundadoras do Partido Trabalhador, o PT (Mendes, 2004) e atriz nos estúdios da Rede Globo.

BETE MENDES, ao contrário da maioria dos seus companheiros de subversão, nesse dia 30 de março de 1971, quando foi qualificada e interrogada, não só na presença das autoridades que compunham o Conselho Permanente de Justiça, mas, também na presença dos seus dois Advogados de Defesa, Dr. Paulo Rui de Godoy e Dr. Américo Lopes Manso, não declarou ter sofrido qualquer tipo de tortura física ou psicológica, como o faria quinze anos mais tarde, ao contrário, ela declarou que "não foi coagida" e que "concordou em

⁸ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Foi uma organização brasileira de extrema-esquerda que participou da luta armada durante a ditadura militar.

assinar o depoimento na Polícia porque estava presa”. (USTRA, 2003, p. 266)

A declaração ocorreu na presença de autoridades e dos seus dois Advogados de Defesa. A atriz afirmou estar arrependida do que fez e que não acreditava em nenhuma Organização Subversiva, achando inviável os seus propósitos. “Isto porque acha que entrou em uma cousa perigosa, sem nenhum conhecimento das cousas e completamente contrária ao seu modo de ser (sic); chegando à conclusão de que eles [da VAR-Palmares] queriam apenas destruir (ibidem, p. 266).

No entanto, a atriz voltou a chamar a atenção após anunciar que fora torturada pelo próprio Ustra quinze anos após sua prisão. A medida, segundo o general, foi tomada depois de denunciar todos os seus companheiros de Organização, para que não sujasse sua imagem perante os mesmos.

Ainda segundo o general Ustra, em entrevista ao Jornal O Pasquim de 27/02 a 27/03/86, a atriz contou que começou a luta estudantil no Ginásio:

Aí foi quando deslanchou o maior interesse e eu entrei na USP. Antes mesmo, no cursinho, eu já estava entrando numa organização revolucionária [...] Foi a partir do movimento estudantil, a gente discutia muito a questão política e social sob um ponto de vista jovem e a gente achava que pela legalidade não seria possível fazer coisa nenhuma. Daí eu comecei a participar de reuniões, entrei numa organização e isso foi uma loucura, pois eu já era atriz, já estava na televisão [...] *eu fazia parte da inteligência da organização*, eu estudava muito e terminei fazendo parte do grupo pensante da organização [...] Eu fazia meu trabalho, tinha amigos numa boa, saía da televisão para a faculdade e ninguém sabia nada de mim, eu era uma pessoa totalmente igual às outras. A coisa só complicou quando eu comecei a ser seguida.” (USTRA, 2003, p. 280)

Na ocasião a atriz fora presa pela primeira vez em 02/12/69, sendo libertada em 05/12/69 Na Operação Bandeirantes, o DOI/CODI do II Exército de São Paulo. (Ibidem, p. 280). Tendo sido presa meses depois.

Achei que a nossa organização estava arrebetada, eu achei que havia mais mortes do que as que já haviam ocorrido, mais sofrimento físico. Eu estava com muito medo de que eu fosse sofrer e das pessoas com as quais eu tinha relacionamento, mas não achava que a causa estava perdida. Comecei a raciocinar sobre o meu erro político depois que eu passei pela prisão, pelo processo, pelo julgamento. Foi quando comecei a ver o que é que foi que fizemos e que tipo de argumento que a gente deu para os militares endurecer do jeito que endureceram. (USTRA, 2003, p. 280)

Na entrevista, ao ser lembrada por Jaguar de que ainda não havia sido presa, a atriz declara que sabia que se retornasse a São Paulo seria reconhecida como “quadro”, uma gíria dentro das organizações subversivas que designa seus membros efetivos e atuantes.

Logo mais, Bete Mendes seria absolvida pela justiça militar, e livre portanto de qualquer acusação criminal, pelo “arrependimento eficaz previsto no Art. 31 do COM”, melhor se ajustando a hipótese da letra “e” do Art. 439 do CPPM⁹.

Em uma viagem ao Uruguai em agosto de 1985, a atriz acusou o General Ustra de tê-la torturado no DOI-CODI em 1970. A manchete fora publicada pelo El País na seguinte manchete:

BRASIL CESA AGREGADO MILITAR EN URUGUAY ACUSADO DE TORTURA. BRASÍLIA (16) (EFE) — EL AGREGADO MILITAR BRASILEÑO EM URUGUAY, CORONEL DE CABALLERIA BRILHANTE USTRA, FUÉ CESADO HOY DESPUÉS DE SER ACUSADO DE TORTURAS POR LA DEPUTADA BETE MENDES, QUE FORMABA PARTE DE LA COMITIVA PRESIDENCIAL QUE VISITÓ ESTA SEMANA MONTEVIDEO (USTRA, 2003, p. 289)

O que pode ter motivado a atriz a fazer a declaração pode ser associado a dois fatores: o primeiro foi a publicação do livro “Brasil: nunca mais” pela editora Vozes em 1985. Tendo recebido apoio decisivo do cardeal de São Paulo, o incansável ativista Dom Paulo Evaristo Arns, que projetou e escreveu o prefácio do livro. Os autores eram membros do clero e do laicato católico há muito envolvidos nas lutas em favor dos direitos humanos em São Paulo.

Brasil Nunca Mais foi uma reunião de arquivos através de contatos simpáticos no sistema de justiça militar. Juntos eles conseguiram mais de um milhão de páginas de documentação que limitaram aos casos descritos no livro. O fato de como tais documentos foram conservados e puderam ser obtidos (com colaboração de militares ou empregados civis, de acordo com Skidmore) mostra como a repressão ficou ao alcance dos canais burocráticos regulares do Exército (SKIDMORE, 1988, p. 516).

A documentação (que ninguém contestava) como em Brasil: Nunca Mais era uma dinamite em potencial no clima político na Nova República. Nem foi essa a única evidência de passados atos de

⁹ Art. 31 do CPM: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados”. — Letra “E” do Art. 439 do CPPM: “Não existir prova suficiente para a condenação” (USTRA, 2003, p. 278-9)

tortura dos militares a vir à superfície depois de março de 1985. (ibidem, p. 516)

O segundo fator foi em abril de 1985, quando nove dos membros das juntas militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982, incluindo os presidentes Videla, Viola e Galtieri, foram julgados pelas barbaridades cometidas sob seus comandos. Em 1984 a Comissão Nacional sobre os Desaparecidos na Argentina publicou um relatório baseado em depoimentos das vítimas e suas famílias e de outras testemunhas. O documento denunciava uma variedade de crimes – tortura, furto de objetos de uso pessoal – relacionando-os ao desaparecimento. (idem, p. 515)

Décadas mais tarde, em 2004, tendo escrito seu livro de memórias, Bete Mendes reforçou o que havia declarado em 1986 em diversas passagens: do quanto foi inicialmente “cooptada” no início pelos membros do VAR-Palmares como *simpatizante*; por achar que a luta armada, era o caminho mais apropriado para se acabar com a ditadura no país. O pensamento se agravou quando decretado o AI-5:

A gente achava também que não dava mais para desenvolver luta político-partidária, que era a luta do Partido Comunista Brasileiro, de se infiltrar e agir dentro das próprias instituições democráticas. A ideia então era optar por uma postura de enfrentamento de guerra armada, de luta armada, tanto no campo quanto na cidade. (MENDES, 2004, p. 75)

O livro de memórias, chamado de “O Cão e a Rosa” (2004), faz clara referência entre as personagens do título. Não se tratando apenas de uma narrativa sobre uma mulher, a tentativa de transformar-se em símbolo através de atribuições humanas e falhas (“maldosamente subvertida”), somadas a um desejo de se acabar com o mal vigente (a ditadura) através da luta armada, consegue fisgar uma série de narrativas que de alguma forma se sentem representados e se penalizam, dando força aos relatos da atriz e reforçando a visão dominante do período ditatorial. Para facilitar o relato, o livro fora publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e disponibilizado na internet.

2.2. Uma Guerra Psicológica

Após medidas de endurecimento adotadas em entre 1964 à 1969 a oposição insurgiu para refrear a crescente repressão que se instaurava contra oponentes do governo, os anos que representaram “estado de segurança nacional” em sua forma mais pura pertenceram ao governo Médici, de 1967 à 1974.

Em meio ao caos instaurado na ditadura e da incerteza da democracia o governo era marcado por êxitos superficiais (conquista do campeonato mundial de futebol de 1970, 11% de crescimento econômico, etc) que saltavam a memória popular tão rapidamente quanto às imagens violentas contra a militância contrária, a guerrilha constantemente associada ao jovem universitário. Segundo Costa (2018) “A estratégia militar é necessariamente uma estratégia de guerra e quando há o emprego de violência, ou bélicos”.

A estratégia militar caracteriza-se pelo recurso à violência para impor uma vontade ao inimigo. Mas, a melhor arte da guerra como estratégia consiste em alcançar um objetivo político sem se recorrer ao emprego da violência. Isto pode ser conseguido através de uma demonstração de poder econômico, financeiro ou de uma exclusiva demonstração de poder militar. A estratégia de guerra é, então, uma estratégia de dissuasão. Nesta, não há o emprego da força, somente a ameaça do uso da força. Ou, também pode ser conseguida mediante o enfraquecimento progressivo da visão de objetivo político do adversário. (p. 19)

É possível alcançar tais objetivos sem a necessidade de força militar, ao invés disso o poder é empregado através da estratégia do uso de operações psicoinformativas e instrumentos midiáticos empregados pelo adversário.

Quando em 13 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional, editou o Ato Institucional nº 5, procurando enquadrar particularmente a mídia, marcou um retrocesso do país rumo ao regime constitucional. Nem mesmo os Estados Unidos, ferrenho apoiador do autoritarismo até o fim da década de 60, se conteve em suas críticas. Os motivos que justificariam a intervenção governamental à censura ou a instauração de processos iam desde a divulgação de segredos de Estado até notícias induzindo ao descrédito o sistema bancário.

Curioso notar como o presidente decidiu permitir a influência da opinião pública e do Congresso na elaboração de leis destinadas a institucionalizar as mudanças pretendidas, pois, como esperado, com o Executivo exercendo autoridade ilimitada para intimidar e silenciar seus críticos, a mídia protestava

através de influentes jornais como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã e O Estado de S. Paulo contra o anteprojeto. Em sua versão final (após a aprovação pelo presidente de várias emendas importantes), a lei foi aceita pela imprensa. Mas o então presidente podia ter imposto sua versão original (mais rigorosa) simplesmente assinando um decreto-lei sobre o qual o Congresso não exercia controle.

A censura é um instrumento governamental de repressão memorável e facilmente associado ao período ditatorial. Começando em meados de dezembro de 1968 sob a autoridade do AI-5. Até meados de janeiro de 1969 foi exercida por oficiais do Exército. Seguidamente iniciou-se um período de autocensura negociada entre donos de jornais e as autoridades militares. Quando a censura foi assumida pela Polícia Federal em setembro de 1972, os donos dos meios de comunicação se recusaram a tratar com a instituição. Posteriormente, a polícia passou a mandar suas ordens de censura aos editores por telefone ou por escrito. “Os assuntos geralmente proibidos eram atividades políticas estudantis, movimentos trabalhistas, pessoas privadas dos seus direitos políticos e más notícias sobre a economia” (SKIDMAN, 1988, p. 268). Em meados de abril à maio de 1969, os censores militares improvisados foram retirados e os jornais voltaram a tratar de política, ainda que de modo mais contido (MOTTA, 2013, p. 80).

Jornais que se opunham ao governo (e que passaram a ser muitos) e que não passassem pela censura eram logo calhados pela vista grossa dos militares. É de suma importância perceber que após determinadas medidas dos Atos Institucionais (mais precisamente a partir do 5) a imprensa já apresentava ambiguidades em seu discurso, “cindida entre o amor à liberdade e a devoção à ordem, ela adotou atitudes tanto de apoio quanto de crítica ao Estado autoritário” (Motta, 2013, p. 62).

Entre os jornais que apoiaram a intervenção militar, o mais engajado foi sem dúvida o Estadão, cujo proprietário, Júlio de Mesquita Filho, nos editoriais do diário, descreveu-se como “revolucionário” e conspirador de primeira hora. [...] seguindo linha de pensamento apresentada por Carlos Lacerda nos anos 1950, o jornal dos Mesquita defendia que a “revolução” deveria durar de dois a três anos, seguindo o modelo das ditaduras da República Romana. Após essa intervenção, rápida e intensa, que deveria erradicar os males do país, a saber, o getulismo, o comunismo e a corrupção, o poder deveria ser devolvido aos civis, com pleno restabelecimento das instituições liberais democráticas (Ibidem, p. 69)

A imprensa, pelo seu alcance popular, incendiava a opinião pública em crítica contra a radicalização dos segmentos da esquerda em sua luta armada antes mesmo do AI-5, tabloides como o Jornal do Brasil (JB), O Globo (como se pode notar no início do capítulo), Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP), através do discurso verbal e visual, fortemente inspirado em figuras de linguagem como a metáfora, metonímia e ironia atentava, assim como os outros setores liberais e conservadores da sociedade brasileira, às ameaças de um processo de “esquerdização” com apoio no Estado, preferindo os riscos de uma intervenção militar. Essa fase da imprensa respirava bons ares porque concordava com um regime ditatorial capaz de conciliar certos resquícios de instituições liberais com autoritarismo.

Quando instituído o AI-5, A Folha de S. Paulo manteve-se cautelosa e simpática ao novo presidente, Emílio G. Médici, que foi recebido com elogios de modo geral, isso se deu “mediantes as expectativas positivas geradas pelo discurso de posse de Médici, que prometera restabelecer a ‘plena normalidade democrática’” (Motta, 2013, p. 81). Mesmo em claro desacordo com o AI-5 e mantendo o tom crítico, “o JB, a FSP e OESP não desejavam romper com o regime e estavam dispostos a acomodar-se com a nova situação, principalmente quando ficou claro que a economia entrara em ritmo vertiginoso de crescimento” (ibidem, p. 81). O único jornal que mantinha claro apoio à ditadura, mesmo após o AI-5, era O Globo, de modo a não ir contra sua base liberal, sua maior crítica se resumia a tratar o ato institucional como último recurso do regime e que o mesmo não teria mais margem para erros.

Ainda de acordo com MOTTA (2013) os principais jornais da época não entendiam que um novo ato autoritário era necessário para controlar a esquerda radical. Por acharem que o Estado já dispunha de aparato suficiente para defender-se de qualquer desafio armado, e na certeza de que a polarização entre a direita e a esquerda radical levaria o país ao abismo (p. 79).

Este cenário era propício ao início da guerra psicológica que viria a piorar com o arrocho governamental. Pois com a condenação da violência como método do estado em conter o avanço comunista, o discurso propagado poderia emocionalmente modificar escolhas e juízos de apoiadores do regime que não vem na violência uma ferramenta viável (mesmo que utilizada entre os dois lados do conflito):

Uma guerra psicológica pode estar sendo travada sob um aparente discurso de paz. Ela é uma forma de guerra que aparentemente não mata, não aleija, não machuca fisicamente. Contudo seu poder destrutivo pode ser imenso. Pode colonizar, pode subordinar, pode escravizar. É uma forma que quando vem sozinha é a expressão virtual da guerra. Mas se há uma guerra real ela estará sempre presente. (COSTA, 2018, p. 21)

No entanto é sabido que confrontos físicos ocorreram em proporções suficientemente alarmantes. Inclusive, vale a pena ressaltar a concepção de guerra psicológica determinante na guerrilha, definida por Marighella como resultante da instabilidade política. “A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural. A guerra guerrilheira urbana ou a guerra psicológica na cidade depende da guerrilha urbana” (MARIGHELLA, 2003, p. 4).

A assimetria que pesou para o lado dos guerrilheiros não diminuiu o trabalho do governo em rompê-los, muito pelo contrário. “Por se tratar de uma guerra sem uniformes, travada nas ruas, onde os inimigos se misturavam com a população, seria extremamente perigoso que organizações policiais, por falta de coordenação, acabassem lutando entre si” (USTRA, 2003, p. 73), era uma estratégia de guerrilha colocar em confronto as Forças Policiais, de acordo com o relato de Hélio Syrkis, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em seu livro “Os Carbonários” (1980, editora global). Syrkis se exilou em 1971. Anistiado, regressou ao Brasil ao fim de 1979.

Bacuri era um dos mais facanhudos. Já se safara de várias situações incríveis, inclusive um bloqueio de rua da OBAN, abrindo caminho a bala. Vivia bolando golpes de guerra psicológica, gênero telefonar pro DOPS denunciando um assalto a banco por terroristas fardados de PM e depois ligar prá PM dando o alarme da ação promovida por falsos policiais à paisana. Mais de uma vez a coisa acabara em tremenda balaceira entre os homis de gatilho fácil. Bacuri tinha mais de uma morte nas costas e estava jurado pela repressão. (USTRA, 2003, p. 73)

Uma das características da Técnica das Guerrilhas, o item “c”, é justamente classifica-la como um artifício que busca o desgaste, desmoralização e a distração das forças inimigas, “permitindo o desenvolvimento e sobrevivência da guerrilha rural que está destinada a um papel decisivo na guerra revolucionária” (MARIGHELLA, 2003, p. 18). Diante disso, o Manual do Guerrilheiro Urbano é pontual em promoção aos atos

terroristas, reconhecendo a assimetria da guerra, híbrida entre militares e guerrilheiros:

As dinâmicas das guerrilhas urbanas consistem nos violentos choques do guerrilheiro urbano com as forças militares e policiais da ditadura. Nestes choques, os policiais tem a superioridade. O guerrilheiro urbano tem forças inferiores. O paradoxo é que o guerrilheiro urbano, a pesar de ser mais fraco, é sem dúvida o atacante. As forças militares e policiais, por sua parte, respondem ao ataque com a mobilização e concentração de forças infinitamente superiores na perseguição e destruição das forças guerrilheiras. Somente se pode evitar a derrota quando se conta com as vantagens iniciais e sabe como explorar com fim de compensar suas vulnerabilidades e falta de material. (MARIGHELLA, 2003, p. 18)

Esta linha de pensamento era seguida pelo PCdoB, assumindo uma postura mais radical e tendo alguns de seus membros treinados na Escola Militar de Pequim ainda no governo Jango, eles pregavam que “a luta armada é o único caminho para dar poder ao povo” (USTRA, 2007, p. 74).

Para Skidmore (1988) os guerrilheiros não representaram grande ameaça para o governo antes do fim de 1969. “Aliás, pelos padrões latino-americanos, eles não chegavam a impressionar” (p. 235). Até mesmo se comparados em número de armas e de adeptos, eram muito inferiores (medidos per capita) aos tupamaros, no Uruguai e aos motoneros, na Argentina.

Ainda de acordo com o cientista político, os guerrilheiros do Brasil se tornaram mais conhecidos por causa do sequestro do embaixador dos Estados Unidos por membros do MR-8 e da Ação Libertadora Nacional, unidos através de uma “operação marginal em que os sequestradores planejavam salvar alguns camaradas presos da tortura ou da morte” (SKIDMORE, 1988, p. 235). Além disso, os guerrilheiros pretendiam, com o sequestro, dividir o governo (uma meta possível) e mobilizar a opinião pública contra os generais, esta última uma meta fora de alcance.

Futuramente o ocorrido seria publicado em livro nas palavras do militante Fernando Gabeira: “Que é isso Companheiro?” (1979), publicado cerca de dez anos após o ocorrido. Com o movimento de retomada de produções cinematográficas brasileiras, o livro foi adaptado em filme em 1997 e dirigido por Bruno Barreto. O filme recebeu projeção internacional, tendo alcançado grande sucesso comercial e rendendo indicações em prêmios de cinema de alcance mundial.

Tanto o livro quanto o filme possuem seu papel em construir, sob a ótica da guerrilha, o que foi a ditadura militar. O impacto é bem mais forte e consequente se pensarmos na propagação muito maior e vulgar de uma projeção visual cinematográfica do que a de um livro, mesmo sendo este último honrado com prêmios importantes, que auxiliam em sua divulgação e consumo.¹⁰ Filmes com abordagens de eventos reais, mesmo que mesclados a ficção, conseguem de forma mais dinâmica levar ao espectador uma associação do real com o que está sendo narrado. Mas isso tem uma consequência, que perpassa a um filtro sobre determinadas questões abordadas, que fariam entender melhor as motivações de suas personagens, construção essa que corre o risco de ser galgada em eixos morais questionáveis ou rigidamente estabelecida a fim de caber em um consumo mais curto do produto. Em uma análise mais completa, Lima (2012) pontua:

O incômodo gira em torno da não informação transmitida ou a nenhum tipo de reflexão gerada pelo filme. Bruno Barreto pontua tortura (militares) e sequestro (militantes) e os coloca do mesmo lado, ele os iguala. A tortura é justificada como ação que leva a um resultado para salvar toda a sociedade da “corja” mal intencionada representada pelo personagem Jonas. Os inimigos são igualados e cada um tem suas próprias razões. O esquema sequestro (militantes) – tortura (agentes militares) – e morte são apresentados como prática simétrica, não havendo no filme uma tematização desses paralelos. A questão da tortura e da luta armada/sequestro não são trabalhadas a ponto de gerar um entendimento como prática dentro deste quadro histórico. (p. 65)

Para ilustrar um fator importante no tocante a uma guerra psicológica no contexto da ditadura no Brasil (embora não a tenha sido inteiramente), Skidmore (1988) comparou o sequestro romanceado por Gabeira a outros dois exemplos de sequestros políticos ocorridos na América Latina em 1970. O primeiro ocorreu em março, quando o embaixador da Alemanha Ocidental von Spreiti foi morto por guerrilheiros guatemaltecos quando o governo se recusou a libertar 24 prisioneiros políticos. Em julho do mesmo ano no Uruguai, os tupamaros sequestraram e assassinaram o assessor de assuntos policiais dos Estados Unidos Daniel Mitriane quando o governo se recusou a negociar a sua libertação (p. 235).

¹⁰ Este ponto merece uma curiosidade: tanto o livro de Gabeira teria recebido o prêmio Jabuti na categoria Biografia e/ou Memórias em 1980, seguido de Hélio Syrakis imediatamente um ano depois por “Os Incendiários”, ambos os autores citados neste trabalho.

É também Skidmore (1988) quem afirma que o sequestro “começou como meio de salvar seus companheiros da cadeia e de fazerem chegar ao público sua mensagem através dos meios de comunicação” (p. 236). A necessidade de recrutamento para criação de organizações clandestinas contra o governo militar era uma medida projetada à longo prazo. “Mas os infantês eram menos pacientes. Estes guerreiros [...] Odiavam os militares e queriam demonstrar sua valentia agora” (SKIDMORE, 1988, p. 236).

Essa clara desordem entre os guerrilheiros não impediu o governo, é claro, de atenuar as penalidades para os responsáveis por guerras psicológicas.

Em consequência do sequestro a Junta imediatamente adotou medidas duras. Em nome da segurança nacional o governo militar se imbuíu de tomar quaisquer medidas, sejam quais forem, para conter a ameaça comunista. As medidas envolveram a instituição de mais dois atos em setembro de 1969: O AI-13 dava ao governo o poder de banir permanentemente do país qualquer brasileiro considerado perigoso para a segurança nacional (tendo a lei sido imediatamente aplicada aos 15 reféns que voaram para o México). Enquanto o AI-14 reestabelecia a pena de morte (inexistente em tempo de paz no Brasil desde 1891) “considerando que atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, que atualmente perturbam a vida do país e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, deve merecer mais severa repressão” (BRASIL, 1996).

3. A REVOLUÇÃO EXPORTADA: AÇÕES DA ESQUERDA NO BRASIL

3.1. O Apoio Estrangeiro

Um dos aspectos menos conhecidos no que diz respeito às relações internacionais do Brasil, são os contatos diplomáticos com os países socialistas, mais especificamente a União Soviética, tendo sido esta a força motriz de diversos levantes da luta armada mundo afora, incluindo na América Latina, ainda mais sob o impacto da Revolução Cubana.

Como vimos anteriormente, o espírito anticomunista influenciou diretamente a política externa brasileira em relação aos países socialistas, por conta de seu projeto radical de extermínio das “classes dominantes”.

A URSS “passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como [...] Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil”. Com o imaginário comunista representava uma doutrina revolucionária “exótica” e contrária aos valores brasileiros, instituindo “à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade)”. Tornou-se difícil distinguir o ideário comunista e a URSS, ainda mais após a “polícia ter descoberto evidências da participação de estrangeiros no movimento (um grupo de agentes da Internacional Comunista)” que forneceu “provas necessárias para conferir consistência a acusações já divulgadas antes da comprovação factual” (MOTTA, 2007, p. 234).

Com o crescimento do pensamento anticomunista no Brasil, a URSS estava suprimida como parceira diplomática do Brasil após as ocorrências que fechavam o cerco para a esquerda, como a cassação do registro legal do PCB e os conflitos diplomáticos envolvendo figuras interlocutoras entre os dois países. Os soviéticos, no entanto, permaneceram muito próximo aos brasileiros no debate público por conta da Guerra Fria, com a imprensa e a propaganda comunista exaltando os feitos soviéticos ao passo que a grande imprensa a maldizia em seu noticiário internacional (idem, p. 237).

Motta (2007) assegura que a transição entre os governos que se seguiram após o governo Dutra eram menos tocados pela paixão anticomunista, tornando o assunto das relações com a URSS um tabu delicado.

Com o recrudescimento das tensões leste-oeste (corrida nuclear, Guerra da Coréia etc) novos complicadores se agregaram ao tema, aumentando o ônus para quem desejasse colocar em discussão a medida tomada por Dutra. No entanto, se de um lado a dinâmica da Guerra Fria fomentou o alinhamento com os Estados Unidos e o afastamento dos países socialistas, por outro lado estimulou a sensibilidade nacionalista de setores insatisfeitos com a subordinação à potência norte-americana. A força do nacionalismo ascendente colocou em xeque a política de aliança estreita com uma das potências que polarizava o mundo, e disseminou o argumento de que estabelecer relações com o bloco socialista interessava ao Brasil. (MOTTA, 2007, p. 238)

Um dos maiores achados a respeito da presença dos agentes da Internacional Comunista foi registrada por Vladimír Petrilák e Mauro “Abranches” Kraenski, documentadas em seu livro “1964: o elo perdido — O Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista” (VIDE Editorial, 2017). O tempo relativamente recente da publicação da obra mostra o quão eficiente foi a organização em manter longe a comprovação de sua existência no Brasil, cujo conhecimento era teórico entre os círculos intelectuais mais convictos de sua presença. A StB era uma polícia política controlada pelo Partido Comunista da Tchecoslováquia (KSC) inaugurada em junho de 1945, ou seja, ainda no âmbito de um sistema que simulava ser uma democracia. Desde o início de suas atividades, as ações da StB enquanto polícia estatal da Tchecoslováquia estavam sempre submetidas aos olhos de Moscou através de uma estrutura gigante e bastante organizada. (PETRILÁK; KRAENSKI. 2017, p.21).

Ainda segundo os autores, “Quando um sistema não se baseia na verdadeira liberdade e democracia, precisa de um aparelho eficaz de coação para manter e reforçar seu poder. Na Tchecoslováquia, entre 1945 a 1989, além das formações tradicionais como a polícia, forças armadas, sistema judiciário – procuradorias disponíveis, tribunais – o sistema de repressão valia-se principalmente da polícia secreta.

As páginas do levantamento documental Petrilák e Kraenski apontam que em 1959, Jânio Quadros, então político de oposição, fez uma visita a Moscou e Leningrado (hoje São Petersburgo) acompanhado por um tradutor,

de quem ficou amigo. Durante os encontros com os soviéticos, e de acordo com as declarações do tradutor, Quadros garantiu que estava do lado da União Soviética.

Quadros se encontrou novamente com o tradutor em 1960, em Havana, quando este estava em Cuba não como o tradutor ou jornalista que fingia ser, mas como oficial da KGB. Fazia parte, portanto, do serviço de inteligência soviético do I Departamento da KGB, e seu nome era Alexandr Ivanovich Alexeyev — um dos personagens mais importantes durante a crise do Caribe. (PETRILÁK; KRAENSKI. 2017, p.66)

Como era um oficial de alta patente no serviço secreto, Alexeyev tinha acesso ao líder cubano Fidel Castro. Jânio Quadros não sabia a verdadeira identidade de Alexeyev, e garantiu a seu amigo que “quando eu chegar ao poder, e chegarei com 100% de certeza, você será o primeiro a receber o visto”. Em outubro de 1960 Jânio Quadros foi eleito Presidente do Brasil, mas não sem encontrar resistência. Esperavam o eleitorado que Jânio derrotasse a esquerda e o getulismo as o que perceberam foi uma política externa independente destoante dos EUA. Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, “e para Moscou havia chegado a hora de cobrar a promessa” (JELIN, 2000, p. 289). O Kremlin decidiu usar o bom relacionamento entre o presidente e o espião, e Alexeyev fora chamado imediatamente de volta a Moscou para assumir uma nova e muito importante tarefa. Tendo recebido ordens diretas do líder soviético Nikita Serguêievitch Khrushchov, ele voou novamente ao Brasil.

As críticas ao governo Jango cresciam à medida que ele já não escondia sua admiração pela esquerda, sendo um dos eventos mais memoráveis de sua administração a condecoração oferecida a Che Guevara, que recebeu das mãos do próprio Presidente a “Ordem do Cruzeiro do Sul” (PETRILÁK; KRAENSKI. 2017, p.66).

Segundo Petrilák e Kraenski (2017), os russos sabiam que os tchecos já haviam firmado uma série de agentes em pleno vigor de suas funções — “todos os relatórios e todos os documentos relacionados ao trabalho da rede de agentes no Rio passaram pelas mãos dos assessores soviéticos em Praga e eram regularmente entregues a Moscou” (p. 66). Um episódio destacado por Motta (2007) sobre a espionagem tcheca no Brasil envolveu o diplomata Zdenek Kvita, que ocupava o posto de segundo secretário da Embaixada do

seu país. Detido por agentes do DOPS carioca em maio de 1964, quando tentava obter documentos secretos de um suposto informante, na verdade um agente policial. “O agente da polícia estava fingindo vender a Kvita informações secretas, como a planta da Refinaria Duque de Caxias e os planos brasileiros para monitorar Embaixadas dos países socialistas”. Quando descoberto e exposto pela polícia, Kvita foi detido e, após rápido interrogatório, foi “convidado” a abandonar o país (p. 241).

A tratativa do caso, segundo o historiador, recaí sobre à as relações do Brasil com a Europa oriental. Havendo um custo diplomático caso fosse criado conflito para efeito de propaganda anticomunista. “Com a Tchecoslováquia a situação era diferente, pois o Brasil mantinha relações com todos os países da Europa oriental” sendo indesejável, portanto, cortar tais laços. A expulsão do suposto espião tcheco, portanto, foi uma medida cabível (MOTTA, 2007, p. 242).

Foi então que, com a renúncia de Jango em um evento nebuloso, a situação no país piorava, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda no final de agosto de 1961. O episódio recebeu apoio dos comunistas. Mas “o temor de que a ascensão de Goulart ao poder pudesse significar o fortalecimento dos comunistas, associado à frustração dos conservadores pelo retorno do getulismo”, levou a uma tentativa de impedimento a posse.

Não foi só o governo de Jânio Quadros que recebeu o patrulhamento da oposição. O governo de Juscelino Kubitschek “mantinha boas relações com a esquerda e nunca considerara relevante o ‘perigo comunista’” (idem, 2002, p. 329), muito embora suas posições justificassem a sua neutralidade aparente no campo democrático.

O fato de muitas pesquisas citarem os governos de Jânio Quadros e João Goulart ao se referirem a ameaças e pactos com a esquerda mundial se dá em boa parte não só pelo cenário da Guerra Fria e as propostas advindas de ambos os lados do conflito, mas também por conta do advento da Revolução Cubana, muito mais próxima do Brasil – geograficamente falando.

Revolução essa que inspirou uma série de guerrilheiros, infiltrados nos mais diversos setores da burocracia brasileira. Com o dossiê organizado pelo Centro de Informação do Exército através dos arquivos do DOPS – RJ, o I Exército tornou público aos órgãos de informação “um dossiê detalhado de 107

páginas, com dados e fotos sobre todos os 219 militantes treinados ou suspeitos de terem treinado em Cuba” (ROLLEMBERG, 2001, p. 5)

No documento, não há informação sobre brasileiros em treinamento, apenas que os candidatos são escolhidos na América Latina, África, Arábia e Ásia, abrindo a possibilidade de que os guerrilheiros pudessem ser treinados em países socialistas como a Coreia do Norte (o treinamento mais mortífero do mundo, segundo o mesmo). O que mais chama atenção é justamente o preparo de guerrilheiros para infiltração em seu próprio país de origem, depois de devidamente treinados:

«Treinamento de guerrilheiros brasileiros em Angola», do Serviço de Informações da Polícia Federal, da Guanabara, dá como «dados conhecidos» o seguinte: «Estudantes brasileiros estariam sendo treinados em ação subversiva e operações de guerrilhas, em acampamentos permanentes de treinamento em ANGOLA, por instrutores cubanos que fazem parte das forças cubanas ali estacionadas. Esses estudantes, aparentemente, são mandados para visitar parentes em Portugal, depois enviados secretamente para Angola sob o patrocínio do partido comunista. Alguns desses estudantes permanecem em Angola para treinamento especializado, mas a maioria voltaria ao Brasil, via Portugal, depois de dois ou três meses. As forças cubanas estariam treinando médicos e enfermeiros brasileiros em Angola» (grifo no original). (ROLLEMBERG, 2001, p. 70)

Cuba apoiou os brasileiros primeiramente na era das Ligas Camponesas. Após a instauração do novo regime, com a desarticulação das Ligas, o apoio cubano foi dado ao grupo liderado por Leonel Brizola, tendo como base os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas. A partir de 1967, “desmobilizadas as tentativas de implantação da guerrilha ligadas a este grupo, Carlos Marighella, presente na conferência da OLAS, surgiu, para os cubanos, como o grande nome da revolução no Brasil” (ibidem, p. 14)

Como mais um exemplo, vale a pena citar o Informe do Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional de São Paulo, Centro de Operações, de 17 de dezembro de 1969, (Fundo DEOPS-SP), que fora difundido para vários órgãos. Em alguns pontos haviam os nomes de guerrilheiros cubanos que teriam saído de Cuba e se destinavam ao Brasil. O documento citava suas referências biográfica, bem como características físicas. Destacamos o comandante (major) Ramiro Valdez, único sobrevivente do assalto ao Moncada; tendo pertencido ao Comitê Central do PC cubano e frequentado diversos cursos de Inteligência na Rússia. Era “fanático pela doutrina Marxista-

Leninista” e levou ao “Paredon” (os fuzilamentos em massa) centenas de pessoas. Já o Capitão Enrique Montero recebeu durante um ano curso intensivo de português; era altamente especializado em atentados pessoais e guerrilhas urbanas; manejava toda classe de explosivos e armas ligeiras; atualmente, especializado em tanques e projetis teleguiados e era perito em guerrilha urbana. De 1966 a junho de 1968, esteve à frente do Departamento de Espionagem e subversão de tipo Mundial no Ministério das Relações Exteriores em Havana. (ROLLEMBERG, 2001, p. 71-2).

Desde 1968 que Cuba treinava guerrilheiros latino-americanos e seu apoio se deu em três momentos distintos. De acordo com Rollemberg (2001), “Cuba teria treinado de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos entre 1962 e 1967” (p. 13) e até o início dos 1970, Cuba treinou guerrilheiros de organizações de vanguarda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente, da ALN (Ação Libertadora Nacional), da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e do MR-8 (Movimento Revolucionário – 8 de Outubro) (ibidem, p. 14). Seu papel se limitava a dar assistência às guerrilhas latino-americanas, cabendo à URSS a maior parte do suporte econômico.

A preparação apurada na qual se submetiam os agentes da guerrilha esquerdista indicava um forte opositor ao governo, este tentava justificar as suas ações de aperto para desbaratar a maioria dos agentes infiltrados era recorrente nas narrativas estrangeiras com intuito de enviesar uma narrativa heroica e “vilanizar” os militares, como veremos mais adiante.

3.2. Uma Guerra de Memória

Considerando que durante a Guerra Fria convivíamos no mundo com a disputa de poder entre as duas maiores potências e que já fora discutido sobre o apoio dos EUA ao Regime Militar, neste capítulo discutiremos o que a literatura histórica e memorialista trazem a respeito da intervenção de países estrangeiros alinhados ao bloco soviético no Brasil.

Para tanto, além de considerar possíveis influências ideológicas profundamente documentadas na historiografia, também discutiremos participações de cunho logístico de países socialistas como Cuba, Checoslováquia, entre outros.

Uma maioria quase que absoluta não quer se identificar com a ditadura militar no Brasil nos dias de hoje. “Até mesmo personalidades que se projetaram à sua sombra, e que devem a ela a Sorte, o poder e a riqueza que possuem, não estão dispostas, salvo exceções, a acorrer em sua defesa” (REIS, 2005, p. 5). Curioso notar que boa parte – ou talvez todas – das organizações que combatiam à ditadura tinham o esquerdismo como base. Suas narrativas já eram de conhecimento público desde antes da instauração da ditadura, mas devido a sua ousadia em bater de frente contra o governo dos militares, seria muito mais fácil promover uma luta contra um governo ditatorial, cujas atitudes dividiam opiniões entre círculos muito expressivos (como os estudantes e os jornalistas, por exemplo).

Mas somente à partir da década de 1980 que narrativas produzidas pelos Coronéis Reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Jarbas Gonçalves Passarinho, bem como por Olavo de Carvalho passariam a contar um viés das ocorrências turbulentas que permearam os 21 anos de regime. Não que a oposição dos esquerdistas não tivesse voz, visto que com o controle da mídia, era mais fácil de propagar a ideia de que o comunismo sim era inimigo do povo. Além, disso, a dicotomia entre “Anos de Ouro” e “Anos de Chumbo” referentes ao mesmo período refletia o quão turbulento fora o período, o que deixa qualquer suposta testemunha na ocasião à mercê da narrativa daqueles que acabaram por se tornar protagonistas da época: militares e militantes, quando na verdade tínhamos direita e esquerda e isso amplia a margem de “atores” que vivenciaram e puderam contribuir com a memória do período.

Quanto a ela, Elizabeth Jelin (2000) definiu-a [a memória] como “uma construção social que se alimenta de diversas narrativas” da qual decorre a “necessidade de analisar aqueles que narram e o lugar que lhes outorga autoridade de proferir um discurso, já que o poder das palavras está, muitas vezes, em quem representam e nos processos que as legitimam” (p. 10).

Daniel Aarão Reis (2010) chamou atenção à necessidade de contextualizar a memória, não importando a sua correspondência com o processo histórico, “mas a lógica e a consistência interna da versão de cada depoente. [...] sempre guarda um valor em si mesmo, tornando-se um documento.” (p. 172).

Podemos dizer que há uma desproporção entre os estudos que tratam das esquerdas e de suas memórias e daqueles que buscam compreender as

atitudes de legitimação, de apoio ao golpe e ao regime que se estabeleceu. No que tange a estes últimos, na maioria, são analisados como memórias ou posições apenas de militares.

O aspecto essencial é a cultura política que prevalece nas Forças Armadas, marca da ainda por convicções elaboradas no período da guerra fria, que atribuíam aos militares uma função de tutores da Nação, guardiões da ordem e da civilização cristã face ao perigo comunista. (REIS, 2010, p. 181)

Por muito tempo, a análise da conjuntura ficou por conta das memórias e do registro jornalístico. A maioria dos estudos sobre o período e a lembrança da ditadura civil-militar brasileira, a observação se dava pela oposição entre *vítima* e *algoz*, pautando-se na ideia de “uma sociedade que não só resistira à ditadura, mas a vencera” (idem, 2002, p. 71)

Podemos concluir até então que os confrontos entre as memórias em relação à Ditadura Militar mobilizaram, no mínimo, três “discursos de memória” (que podem ser diversos por si só): o governamental; o dos militares; e o dos militantes de esquerda, das vítimas de tortura e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Poderíamos acrescentar um quarto e um quinto tipo: o discurso do especialista; e também o da mídia, que articula os discursos anteriores via espetacularização, contribuindo tanto para o trabalho de luto quanto para a banalização.

No entanto, Moreira (2013) não só enquadra os militares como parte do discurso da direita, mas a expande de tal modo que não a retém ao campo militar. Segundo a mesma, as Direitas se define em pluralidade devido aos principais elementos atuantes, unificados pelo mesmo propósito combativo: os militares, a igreja, intelectuais de direita (que pouco se debate sobre suas ações durante o período ditatorial). Segundo a historiadora:

As Direitas sempre tiveram presença marcante na história do Brasil. A começar por uma forte cultura política e tradição conservadora, especialmente em setores das Forças Armadas, cuja intervenção, em diversos momentos chaves da trajetória republicana brasileira, não pode ser desconsiderada. (MOREIRA, 2013, p. 17)

Ao pensarmos nos processos que poderiam culminar na criação de uma memória coletiva, podemos supor que através da impunidade (ausência de justiça, muito em função da permanência da Lei da Anistia), ausência de

arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje alimentaram (e ainda o fazem) o revisionismo e a negação brasileira em grande medida (PEREIRA, 2015). Pois, à partir disso, depois da Lei da Anistia de 1979, qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio da Lei da Anistia.

Por sua vez, “na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na literatura, aquilo que perdeu no embate das armas” (FILHO, 2002, p. 180). De certa forma a esquerda procurou continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura formando uma espécie de “memória literária”, que mesmo em pequenas passagens, significava uma memória de resistência que reverberava fortemente a construção de um período ditatorial sob sua forma mais obscura. Como consta a epígrafe de Guimarães Rosa, citada no livro de Fernando Gabeira, “O Que É Isso, Companheiro?” (1979 [2001]), “Narrar é resistir” (ibidem, p. 180).

Remontando ao período de Guerra Fria em um contexto particular, é interessante pensar que a guerra da memória se constituiu justamente num intenso intercâmbio entre atores históricos distintos e em tensão permanente sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós-64. Mesmo que, na prática, a literatura ferisse a Anistia, os militantes não se calaram e revidaram. Como apontou o historiador José Roberto Martins Filho (2002):

[...] os militares também saíram à luz para expor sua visão dos acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal naquela fase. Nesse sentido, a mais breve observação do material disponível mostra que os protagonistas militares também não se resignaram ao silêncio. Inúmeros oficiais vieram a campo para fazer seus depoimentos e a memória militar conta mesmo com seus best-sellers: o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel, publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas (D’Araújo et alii, 1997) vendeu milhares de exemplares e teve grande repercussão na imprensa. (p. 182)

Os princípios da Anistia eram evocados pelos militares a todo o momento em contrapartida à narrativa esquerdista. O general Oswaldo Muniz Oliva, por exemplo, denuncia em seu livro “Brasil: o amanhã começa hoje” (Expressão e Cultura, 2002) designa como narradores de “mão única” os que cuidam “apenas de explorar, constante e ciclicamente, temas sobre mortos, desaparecidos, torturas etc”. De acordo com o general, para esses autores “a

‘anistia ampla geral e irrestrita’ só vale para os seus. Não perdem oportunidade para negar a paz – grande objetivo da lei – e o silêncio sobre o passado, que tanto os beneficiou”. E continua, “alguns se especializaram em escrever novelas ou filmes com textos aparentemente históricos, mas com conteúdos que valorizam alguns de seus ‘heróis’, subvertendo a verdade” de tal modo que “todos os radicais violentos que pretendiam, pelas armas, implantar o comunismo (com dinheiro estrangeiro ou roubado) – padrão Fidel Castro – em nossa terra são travestidos em heroicos [sic] defensores da democracia” (OLIVA, 2002, p. 101).

O general Jarbas Passarinho, um dos nomes mais difundidos em defesa aos militares na guerra das memórias justificou o AI-5, o Ato Institucional mais difundido desde então, da seguinte forma:

Nós vivíamos o auge da guerra fria, da expansão do comunismo dominando a Ásia, grande parte da África e já tendo uma cabeça de ponte em Cuba, no Caribe, de onde vinha não pequena parcela de guerrilheiros treinados militarmente para a tentativa de derrubar o regime instalado a partir de 1964. A reação era armada e dirigida por líderes marxistas-leninistas que, se vitoriosos, pretendiam instalar um satélite da URSS no Brasil, uma imensa Cuba, cujo ditador pretendia ser uma espécie de Símon Bolívar. Além da guerrilha de marighella, havia o terrorismo, que ele defendia e mandava praticar. (PASSARINHO, 1996, p. 2)

E ainda concluiu o militar que a derrota da luta armada ocorreu “porque lhes faltou apoio da opinião pública, sem o que nenhuma guerrilha é vitoriosa.” (PASSARINHO apud MOREIRA, 2013, p. 120).

Moreira (2013) faz uma crítica à metodologia dos militares ilustrada na fala de Passarinho e nas de Ustra (incluindo nos mesmos livros citados neste documento), na qual afirma ser uma estratégia muito utilizada por eles (determinados por ela como “intelectuais”) a técnica consiste em “retirar citações de ex-participantes da luta armada, militantes de esquerda, bem como de acadêmicos para legitimar suas proposições e críticas”, concluindo que “não há referência ao contexto, usam a passagem como uma espécie de confissão e de reconhecimento do erro passado” (MOREIRA, 2013, p. 121).

Já assegurava Rollemberg (2001) que “os revolucionários, ao construir a memória da revolução, não romperam com a maneira pela qual, tradicionalmente, os vencedores constroem o passado”. Além do mais, “como sabemos, assim tem sido em todas as revoluções. O fato é que essa versão

serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina” (p. 9). O sucesso se deu justamente pela falta de participação social na luta revolucionária, citada por Passarinho, o fato é que quando o evento ocorria ou o faziam com limites ou com contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade discutir as ações da esquerda no Brasil durante o período conhecido como Guerra Fria. Coincidentemente o conflito de nível global coincidiu com o período ditatorial em que o país se encontrou posteriormente após seu início, ribombando o conflito ideológico entre esquerda e direita.

Salientamos aqui que não foram relatadas todas as ações dos grupos esquerdistas mundo afora, com intenção de exportar a revolução armada para o país, tampouco foi a intenção deste trabalho fazer um levantamento a nível dossiê. No entanto, deixamos claro que o trabalho fora conduzido de modo a se trabalhar a dualidade direita-esquerda no Brasil e de como foram narradas as consequências do regime ditatorial, cujas memórias foram registradas por seus “protagonistas”.

No primeiro capítulo, dividido em quatro blocos, contextualizamos a situação do país após a Segunda Guerra. Com a popularização do termo “Guerra Fria” durante uma corrida armamentista, o país se preparava para avançar economicamente, muito embora tivesse de se decidir entre uma das duas maiores potências da época, Estados Unidos ou URSS, a União Soviética. Quando estes últimos instalaram governos de esquerda nos países da Europa Oriental, libertados pelo Exército Vermelho, os americanos e os britânicos passaram a temer uma dominação soviética do leste europeu e a ameaça de partidos comunistas influenciados pelos soviéticos chegar ao poder nas democracias da Europa Ocidental. Até então as decisões veladas dos soviéticos em espalhar o comunismo como uma política igualitária parecia atrativa para países que não alcançaram a glória dos países ditos desenvolvidos, como EUA.

Vimos que mesmo tendo saído tardiamente de um regime feudal, a URSS já se mostrava uma grande opositora aos países ocidentais devido as suas medidas de fechamento, angariando poder através de suas conquistas científicas e territoriais.

O interesse na América Latina por parte dos soviéticos só se deu depois da Revolução Cubana, a tomada de poder através da luta armada nos mesmos

moldes que a Revolução Russa. Os EUA, por sua vez, influenciaram durante esse período na ajuda aos “aliados” brasileiros para que pudessem implantar no país uma ditadura militar, buscando uma narrativa que visasse repelir os interesses comunistas pelo país.

Foram muitos os apoios dados pelos norte-americanos para assegurar a simpatia do povo brasileiro. E com a tomada do poder pelos militares, criou-se no país uma divisão entre os que se conformavam em viver sob uma ditadura em detrimento da modernização da economia e aqueles que se opunham ao governo, inflamando a tomada de poder através de luta armada. Os levantes comunistas, sem sucesso, tentavam subverter a ordem através de um ciclo de rebeliões defasadas posteriormente.

O país passava por uma crise financeira devido aos empréstimos que usava para crescer financeiramente. Não demorou para que o país entrasse em uma curva repentina para baixo, mas que não esmoreceu a defesa contra o comunismo crescente nas massas, infladas na ideia de luta armada e nos círculos jornalísticos e intelectuais.

Mesmo com as repressões sofridas pelos comunistas, a ditadura brasileira foi menos severa do que as ocorridas na Argentina, Uruguai e Chile. Comprova o fato de que durante seu governo muitos oficiais ilustres contaram sua história. Como foi contado no capítulo 2. Nele trabalhamos com mais ênfase as ações da esquerda em continuar tentando tomar o poder através de luta armada, ao passo em que os intelectuais orgânicos gramscistas já teriam contato com uma revolução silenciosa e de longo prazo.

Ficou acentuado nesse período e até o fim da Guerra Fria elementos como espionagem econômica industrial, crime organizado, terrorismo internacional, tecnologia de uso ambivalente e o crime comum no cenário nacional. Os grupos de guerrilha precisavam sempre de agentes que passassem despercebidos, por isso era comum que boa parte deles fossem jovens do ensino secundário à faculdade. Boa parte deste trabalho se dedicou às falas da atriz Bete Mendes, tendo atuado sob o nome de Rosa, ela atuou como guerrilheira em serviços de espionagem e acobertamento das reuniões de grupos esquerdistas ligados à luta armada. Bete também era estudante universitária além de atriz, sendo presa e absolvida pouco tempo depois por falta de provas. O General Ustra se dedicou a desmentir as acusações da atriz, na qual alega ter sido torturada e de ter presenciado cenas de morte nos

domínios do DOI-CODI. O capítulo fecha com a efervescência da população diante dos êxitos superficiais do governo, o que dá mais brechas para os comunistas inflarem a população a aderir a luta armada. É aqui que apresentamos a figura de Marighella e as dinâmicas violentas das guerrilhas urbanas. Bem como a investida do governo na forma do AI-5, o Ato Institucional mais representativo do período ditatorial.

Aqui trabalhamos com a mídia sobre seu apoio parcial à luta armada (embora a chame por outros títulos) como parte de um lampejo democrático, mas também aderindo a críticas severas após a censura nos órgãos jornalísticos.

O terceiro e último capítulo tratou de identificar o apoio estrangeiro ao governo, bem como suas conquistas em solo brasileiro. Mais tarde esses mesmos conflitos, a qual impulsionavam ondas de violência por ambos os lados seriam contadas através de memórias. Mesmo com a retomada da democracia, os grupos passaram a divergir em seus relatos em justificativa à ditadura. E mais uma vez teríamos um embate, dessa vez sem levantes físicos, entre esquerda e direita. Dadas a retomada a essas leituras de memória (que continuam sempre surgindo à tona) deixamos que o leitor conclua sobre quem seria o vencedor ao tratar com a verdade aquilo que realmente foi à ditadura, mas seria possível responder a essa pergunta desvencilhando-se de qualquer influência ideológica?

Esperamos que esse trabalho, de alguma forma, contribua para a construção de um saber mais preciso, não só sobre o que foi a ditadura, mas também de compreender como os meios de comunicação contribuía para a propagação de uma memória sua; bem como a confiabilidade de onde elas se originaram.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. (Coord). et al. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes>>. Acessado em 02abr2021.

_____. **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB)** In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: < [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acessado em 30mai2021.

AERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo. Ed. Unesp. 2002.

ARAÚJO, João Paulo Sgnaolin Moreira. **A Genealogia da Guerra Cultural e Sua Implantação no Brasil a Partir da Década de 60**. Monografia (Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro, p. 37. 2019.

BEZERRA, Gustavo H. Marques. **Brasil-Cuba: Relações Politico-Diplomáticas no Contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Brasília, DF. 2010.

BRASIL. Ato Institucional nº. 14. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ait/ait-14-69.htm>>. 1996. Acessado em 23abr2021.

BRASILIA. Abin. Gabinete de Segurança Institucional. **Cronologia de Criação dos Órgãos de Inteligência de Estado no Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/abin/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico#:~:text=CRONOLOGIA%20DE%20CRIA%C3%87%C3%83O%20DOS%20%C3%93RG%C3%83OS,quanto%20nas%20fases%20de%20exce%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em 12abr2021.

CLASEN, Bruno Ricardo Kurz; et al. **O Avanço da Inteligência nos Conflitos da Quarta Geração**. Artigo (Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro, p. 13. 2017

COSTA, Darc. **Guerra Psicológica nos Novos Tipos de Guerra**. REVISTA SILVA – Humanidades em Ciências Militares Vol 2, n.2 – Jul – Dez 2018

DIAS, Rodrigo. **A Esquerda Brasileira no Contexto do Fim da Guerra Fria**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3460/000_338860.pdf?sequence=1> Acessado em 22jan2021.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2008.

FILHO, João Roberto Martins. **A guerra da memória A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). Rev. VARIA HISTORIA, nº 28, p. 178-201. Dezembro de 2002.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Depoimento. 2a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1998.

Oficiais da Marinha e do Exército perfeitamente identificados na defesa da lei e da disciplina. In: **O Globo**. 31 de março de 1964. Ano XXXIX, nº 11624, página 16. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=196019640331>>. Acessado em 30mai2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 1 Ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

Illegal a existência do Partido Comunista no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 de maio de 1947. Ano LVII, nº 105, Página 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_06&Pesq=1947&pagfis=46411>. Acessado em 30mai2021.

JELIN, Elizabeth. **Memorias en Conflicto**. In: Revista Puentes, Buenos Aires, n.1, agosto de 2000.

KONDER, L. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LIMA, Indiara da Silva. **A construção de uma memória do regime militar: uma análise do filme “O que é isso companheiro?”**. – Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, p. 97, 2012.

LUZ, Carlos. O Governo está aparelhado para garantir a ordem. In: **O Globo**. 24 de maio de 1946. Ano XXI, nº 6148. Caderno Diurno. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019460524C&edicao=Matutina>. Acessado em 30mai2021.

MAJELLA, Geraldo de. **Jayme Miranda, um revolucionário brasileiro**. In: Revista do Arquivo Público de Alagoas. Ano 2, n. 2. – Maceió: [Arquivo Público de Alagoas], 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Sabotagem, 2003. Disponível em: < MINI-MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO (documentosre velados.com.br)> Acessado em 15abr2021.

MARTIN, Katherine C. **George Orwell and the origin of the term ‘cold war’**. Disponível em: <<https://blog.oup.com/2015/10/george-orwell-cold-war/>>. Acessado em 21jan2021.

MENDES, Bete. **O Cão e a Rosa**. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS**. In: Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969.** Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul, p. 62-85. 2013

MOREIRA, Fernanda Teixeira, **1984 - “Só os vitoriosos esqueceram”:** intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira. 238 f. Tese (Estado e Relações de Poder) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História, 2013.

OLIVA, Oswaldo Muniz. **Brasil: O Amanhã Começa Hoje.** Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2002.

ORWELL, George. **You and the Atom Bomb.** Tribune, 19out1945. Disponível em: <<https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/you-and-the-atom-bomb/>>. Acesso em 21jan2021.

PASSARINHO, Jarbas. **Waterloo e o AI-5.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 ago. 1996. Caderno A, p. 2.

PC do B. **Programa Socialista.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

PC do B 1962 Manifesto Programa. In: **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L).** Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014).** Varia História, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

PETRILÁK, Vladimír. KRAENSKI, Mauro “Abranches”. **1964: o elo perdido — O Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista.** — Campinas, SP: VIDE Editorial, 2017.

Prestes em sabatina com funcionários da Justiça. **Tribuna Popular,** Rio de Janeiro, 16 de março de 1946. Ano II, nº 251. Página 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/154547/per154547_1946_00251.pdf>. Acessado em 30mai2021.

REIS. Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** terceira edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

_____. **Ditadura, anistia e reconciliação.** Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

ROLLEMBERG, Denise. **O Apoio de Cuba a Luta Armada no Brasil.** 1º Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. . **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa no cenário da Guerra Fria.** 2002. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>>. Acessado em 23jan2021.

SILVA, Heber Ricardo. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 240 p.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?.** 4º Edição. São Paulo. Civilização Brasileira. 2014.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Rio de Janeiro, Edição do Autor, 2007.

_____. **Rompendo o Silêncio.** Ed. Supervirtual. Versão para eBook. #ExiladoLivros, Fonte Digital. Digitalização da edição em PDF. 2003